

22

Página

FGV
GVces

NÚMERO 88
SETEMBRO 2014



EDIÇÃO DE ANIVERSÁRIO

EXTERNALIDADES

Por que é preciso revelar
o lado oculto da economia

Desigualdades: Solução pode estar no aumento dos preços

Iniciativas: Em busca do valor de serviços ecossistêmicos

Cadu Young: Falta interesse em precificar custo socioambiental

NÃO É TODO DIA QUE
UM BANCO É ELEITO O MAIS
SÓLIDO. MAS É O SEGUNDO
ANO CONSECUTIVO
DO SANTANDER BRASIL.

Bloomberg Markets 2014
Ranking América do Sul
1º Banco Santander (Brasil)

O Santander Brasil foi eleito o banco mais sólido de toda a América do Sul, segundo o Bloomberg Markets 2014. Um ranking internacional baseado em critérios como capital, eficiência e liquidez. Pela segunda vez consecutiva, alcançamos a liderança, mais de nove pontos à frente do segundo colocado, outro importante banco brasileiro. Se solidez e segurança são importantes para você, vale a pena ouvir nossas propostas.

Desigualdade ecológica

A obra que fez do tema da desigualdade um *best-seller* finalmente chega ao Brasil em português: *O Capital no Século XXI*, do professor da Escola de Economia de Paris, Thomas Piketty, será lançado em novembro pela Editora Intrínseca, neste que é um dos países campeões da disparidade socioeconômica. Mas o que dizer das demais desigualdades, como as que se referem ao uso do espaço ecológico e dos serviços prestados pela natureza?

PÁGINA22 joga luz sobre essa questão ao tratar das externalidades que, em poucas palavras, são a “socialização” dos impactos negativos ou positivos gerados por determinada atividade. Em geral, são os mais pobres os mais vulneráveis às externalidades socioambientais negativas, reforçando a desigualdade. Incorporar o preço desses impactos nos produtos é uma forma de desestimular a velha economia e incentivar a economia verde e inclusiva, levando, assim, a uma maior equidade ao longo do tempo.

A desigualdade ecológica é um tema recorrente na história de 8 anos da revista, aniversariante deste mês de setembro, juntamente com o GVces, que completa 11 anos. Aproveitamos esta edição comemorativa para lançar uma série na revista, a seção *Brasil Adentro*, assinada pelo jornalista Sérgio Adeodato, que mostrará a realidade do País de uma forma mais descentralizada, fora da órbita dos eixos urbanos que concentram as decisões de poder.

Boa leitura!

22

Página

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DIRETORA Maria Tereza Leme Fleury



COORDENADOR Mario Monzoni
VICE-COORDENADOR Paulo Durval Branco
COORDENADOR ACADÊMICO Renato J. Orsato

JORNALISTAS FUNDADORAS Amália Safatle e Flavia Pardini
EDITORA Amália Safatle

EDIÇÃO DE ARTE Marco Antonio
www.vendoeditorial.com.br

ILUSTRAÇÕES Sirio Braz (seções)
EDITOR DE FOTOGRAFIA Bruno Bernardi

REVISORES José Genulino Moura Ribeiro e Kátia Shimabukuro
GESTORA DE PRODUÇÃO Bel Brunharo

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO
Bruno Toledo, Diego Viana, Eduardo Shor, Fabio F. Storino,
Fabrício Pimentel, Flavia Pardini, Inaiê Takas Santos, Luis
Fernando Guedes Pinto, Magali Cabral, Ricardo Abramovay,
Roberto S. Waack, Sérgio Adeodato, Thaís Herrero
ENSAIO FOTOGRÁFICO Gustavo Minas/SelvaSP

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Amália Safatle (MTb 22.790)

ANUNCIE

COMERCIAL E PUBLICIDADE
Nominal Representações e Publicidade
Mauro Machado
mauro@nominalrp.com.br
(11) 3063.5677

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Itararé, 123 - CEP 01308-030 - São Paulo - SP
(11) 3284-0754 / leitor@pagina22.com.br
www.fgv.br/ces/pagina22

CONSELHO EDITORIAL
Ana Carla Fonseca Reis, Aron Belinky,
José Eli da Veiga, Leeward Wang,
Mario Monzoni, Natália Garcia, Pedro Telles,
Roberto S. Waack, Rodolfo Guttilla

IMPRESSÃO HRosa Serviços Gráficos e Editora

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 5.800 exemplares
Os artigos e textos de caráter opinativo assinados por
colaboradores expressam a visão de seus autores, não
representando, necessariamente, o ponto de vista de
PÁGINA22 e do GVces.



A REVISTA PÁGINA22 FOI IMPRESSA EM PAPEL CERTIFICADO, PROVENIENTE DE
REFLORESTAMENTOS CERTIFICADOS PELO FSC, DE ACORDO COM RIGOROSOS
PADRÕES SOCIAIS, AMBIENTAIS, ECONÔMICOS, E DE OUTRAS FONTES CONTROLADAS.

creative commons
PÁGINA22, NAS VERSÕES IMPRESSA E DIGITAL,
ADERIU A LICENÇA CREATIVE COMMONS. ASSIM,
É LIVRE A REPRODUÇÃO DO CONTEÚDO - EXCETO
IMAGENS - DESDE QUE SEJAM CITADOS COMO FONTES A PUBLICAÇÃO E O AUTOR.



Use o QR Code para acessar PÁGINA22
gratuitamente e ler esta e outras edições



Caixa de entrada

COMENTÁRIOS DE LEITORES
RECEBIDOS POR E-MAIL, REDES
SOCIAIS E NO SITE DE PÁGINA22

INBOX

(COMEÇANDO PELO COMEÇO – ED. 87)

Os processos de licenciamento ainda são meros procedimentos protocolares, os passivos não entram nos custos dos projetos e as medidas compensatórias não têm orçamento previsto. Instrumentos imprescindíveis para regular o uso do solo e integrar políticas, viram, via de regra, os “nós”, e não cumprem sua real função. *Maira Azevedo*

Muito boa a matéria sobre o processo e impacto de megaobras. Boa argumentação. Parabéns. *Álvaro Fernandes*

(EM BUSCA DE UM NOVO SERTÃO? – ED. 87)

O governo federal está fazendo a sua parte. O problema são os governos estaduais que deveriam fiscalizar os grileiros e o roubo de água por parte de grandes fazendeiros. *Lucia Baró*

Se o governo federal realmente estivesse fazendo sua parte, monitorava os resultados com data prevista e sem atrasos. Não havendo o resultado acordado, no mínimo deveriam ser cortadas as verbas e os governadores e prefeitos acionados judicialmente pela União. *Ricardo Silva do Nascimento*

(GARGALOS DO VIDRO – ED. 87)

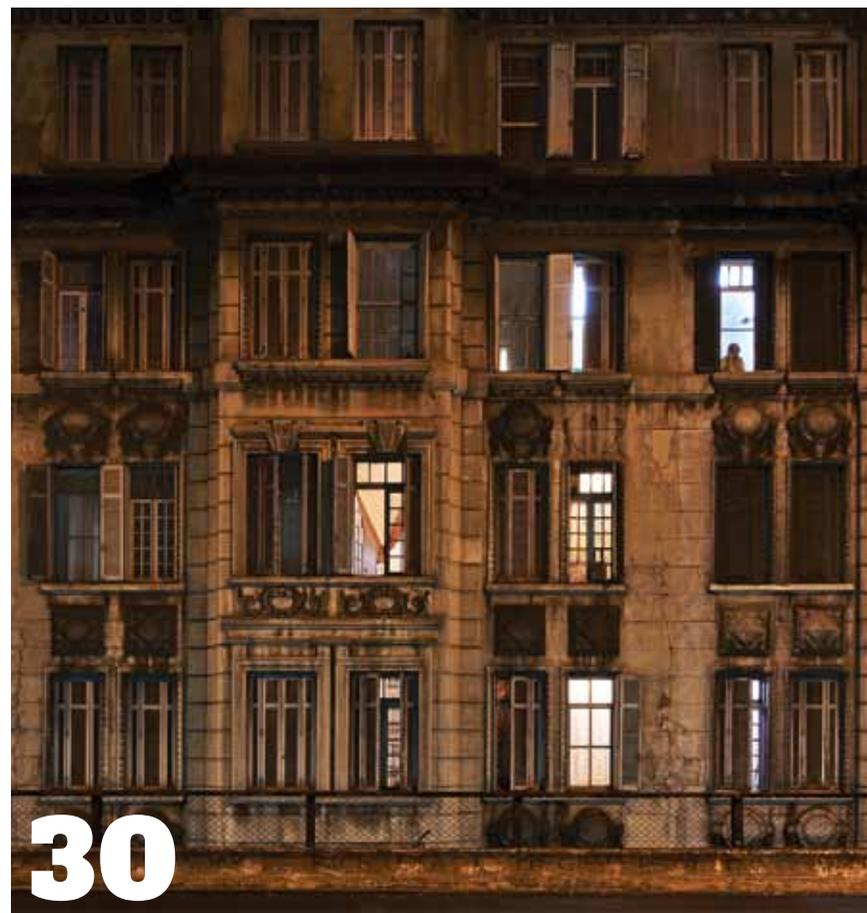
Mais um setor que se vê prejudicado pela (ausência de) infraestrutura logística no Brasil e elevada carga tributária. *Paulo Gutierrez*

OUTBOX

ERRATA:

Na reportagem “Gargalos do Vidro”, edição 87, publicamos que o projeto “Glass is Good” é de autoria da Owens-Illinois.

Na verdade, é empreendido pela Diageo e realizado em parceria com a cooperativa Vira Lata e a Owens-Illinois.



30

CAPA

Para além da fachada

Empresários, pesquisadores e governos buscam formas de precificar as externalidades, mostrando a economia em seu tamanho mais real

- 12 Economia Verde** Para o Centro Rio+, há uma expectativa de que o Brasil protagonize a agenda pós-2015 representando o eixo Sul-Sul
- 16 Entrevista** Para Carlos Eduardo Young, professor de Economia Ambiental na UFRJ, falta interesse em precificar os custos socioambientais, pois os projetos ficariam menos atraentes e com menor visibilidade
- 36 Desigualdades** Acrescentar o custo das externalidades ao preço dos bens e serviços é solução para conter a exploração dos recursos naturais e promover a equidade social. Mas há controvérsias
- 44 Iniciativas** Com objetivo de reduzir riscos, empresas adotam métricas para aferir o valor econômico de recursos naturais e o grau de dependência dos bens e serviços prestados pela natureza

SEÇÕES

CAPA: BRUNO BERNARDI

6 Notas | 8 Antena | 9 Web | 10 Análise | 14 Artigo | 15 Artigo | 22 Brasil Adentro | 35 Artigo | 43 Coluna | 50 Última

FINANÇAS

Por um sistema mais verde

Em meados de agosto, o evento Sistema Financeiro Nacional e a Economia Verde lançou a prévia de um conjunto inédito de estudos acerca do alinhamento do sistema financeiro com o desenvolvimento sustentável. Realizado em São Paulo, com 480 participantes, o evento tratou da atual alocação de recursos na “economia verde” brasileira, do quadro institucional e regulatório do País, e da relação entre finanças e sustentabilidade em setores estratégicos, como agropecuária e energias renováveis (*mais nas duas notas abaixo*).

Trata-se de uma contribuição à “Inquiry on the Design of a Sustainable Financial System” (em tradução livre, Consulta sobre o Desenho de um Sistema Financeiro Sustentável). Essa iniciativa, lançada em janeiro pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), tem como objetivo estimular, em diversos países e também em nível global, inovações em políticas públicas que possam acelerar a alocação de recursos pelo sistema financeiro global rumo

à economia verde e socialmente inclusiva.

No Brasil, o Pnuma encontrou como parceiro a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que, por sua vez, escolheu o Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV-Eaesp (GVCes), em parceria com a Resultante Consultoria Estratégica, para executar esse conjunto de estudos.

Além de mostrar o panorama dos recursos investidos na economia verde brasileira, entre financiamentos, empréstimos, investimentos e seguros, os estudos traçam uma linha do tempo com os principais marcos de regulação e autorregulação da indústria financeira voltados para a sustentabilidade e ainda apresentam um conjunto de recomendações para uma agenda financeira verde até 2020.

A partir desse passo inicial, será possível, por exemplo, criar históricos e bases internacionais de comparação em relação a alocação de recursos. Confira as apresentações completas em goo.gl/Kel7Av.
– Amália Safatle



WIKIPEDIA/COMMONS/SEBASTIANCORBRASIL

ENERGIA

Brasil perde espaço em renováveis

Apesar de as fontes alternativas de energia serem estratégicas em um cenário de crescente incerteza climática e tendência à descarbonização da economia, o Brasil tem ficado para trás: ocupa o pífio 1,4% do bolo mundial de investimentos, em comparação a 2,8% da Índia e 26% da China. Os US\$ 3,1 bilhões investidos pelo País nessas fontes em 2013 mostram considerável queda em relação a 2012 (US\$ 6,7 bilhões) e a 2011 (US\$ 9,5 bilhões): é o valor mais baixo investido pelo Brasil desde 2005. O baixo aporte em energia solar também chama atenção. Esses e outros dados constam no relatório *Global Trends in Renewable Energy Investment 2014* (ou Tendências Globais em Investimentos em Energias Renováveis), produzido pela Frankfurt School-Unep Centre.

Embora a matriz elétrica brasileira se destaque pelos 79,3% em renováveis (principalmente grandes hidrelétricas), na matriz energética as fontes fósseis predominam com 55% (em especial petróleo e gás natural), ante 45% de renováveis. Para reverter essa situação e atrair investimentos, o estudo sobre o papel do SFN no desenvolvimento da economia verde faz uma série de recomendações, com foco no mercado e na agenda pública. (AS)

Crédito rural: mudança de cultura

Financiar o setor que contribui para grande parte das emissões brasileiras de gases-estufa e ao mesmo tempo combater a mudança climática: apesar da proposta inovadora do Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), a sua taxa de execução é de apenas de 57%. Com base em dados do Observatório ABC (observatorioabc.com.br), o estudo *O Papel do SFN no Desenvolvimento da Economia Verde* identificou obstáculos como os significativos custos de transação dos bancos privados junto ao BNDES e falta de base de dados sobre a regularidade ambiental e fundiária das propriedades rurais, gerando insegurança jurídica e financeira.

Entre os ajustes que o estudo recomenda, destaca-se a mudança cultural na concessão do crédito rural – que tradicionalmente é voltado para itens concretos e específicos, como máquinas, sementes e fertilizantes. Já o Programa ABC propõe uma mudança de paradigma, pois financia processos de instalação de tecnologias e práticas que auxiliam na redução de emissões, atendendo a um objetivo de forma sistêmica e não isolada. (AS)

Olha isso!

FABIO F. STORINO
Doutor em Administração Pública e Governo

Bilhete premiado

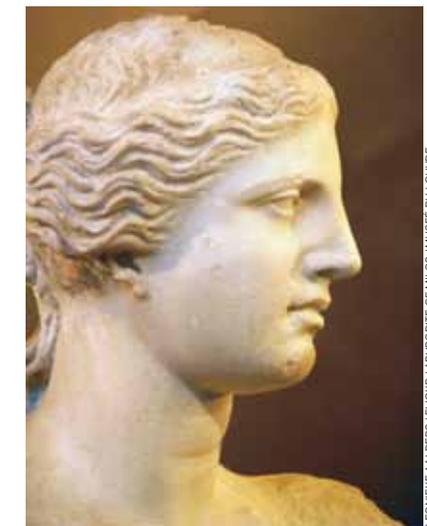
Dois badalados restaurantes parisienses foram acusados em 2013 de discriminar seus fregueses pela aparência: enquanto os mais belos recebiam as melhores mesas, à vista de todos, os menos esteticamente privilegiados eram relegados aos cantos e fundos do recinto. Os garçons que desobedecessem à diretriz eram repreendidos, sob a alegação de que isso era ruim para os negócios.

Cameron Russell expõe o problema de maneira clara: apesar de nossa aparência ser considerada superficial e – relativamente – imutável, ela possui imenso impacto em nossas vidas (*ver sua palestra TED em goo.gl/HVqegu*). Russell conhece bem um dos lados do problema: ela é uma modelo. Reconhecendo ser o produto de uma loteria genética e de um legado, possui as características físicas socialmente desejadas nos dias atuais. E Cameron foi beneficiada por isso não apenas profissionalmente: sua aparência já a livrou de multas de trânsito e até mesmo serviu de crédito para obter roupas quando esqueceu sua carteira.

Mas os benefícios econômicos vão muito além de ganhar roupas ou escapar de multas. Daniel Hamermesh, economista da Universidade do Texas e autor de *O Valor da Beleza*, cita pesqui-

sas indicando que, entre trabalhadores americanos, a diferença estética pode representar uma diferença salarial de US\$ 230 mil ao longo da carreira.

Hamermesh suspeita que essa diferença possa ser resultado não apenas de discriminação, mas do “retorno econômico” da beleza: consumidores preferem vendedores mais bonitos, alunos avaliam melhor os cursos de professores mais bonitos etc. (*ver publicações acadêmicas sobre o tema em goo.gl/erpKQt*). Beleza influencia até mesmo o resultado de eleições, assunto para uma próxima coluna.



LEONIEKE WILDERS/FICKR/APHRODITE OF MILOS/MUSEE DU LOUVRE

Não se trata apenas dos privilégios recebidos por quem possui “boa” aparência: Cameron reconhece que muitas pessoas são prejudicadas por sua aparência. Em Nova York, a política do “Stop, Question and Frisk” (parar, interrogar e revistar) chegou a abordar quase 700 mil pessoas em 2011 e mais de 5 milhões desde 2002, a maioria das quais jovens negros e latinos. Em São Paulo, a expressão usada entre policiais para o critério de quem é alvo de revista é ter “cara de B.O.”

Diante desse quadro, Hamermesh levanta uma questão polêmica: a sociedade deveria de alguma maneira proteger ou compensar (inclusive financeiramente) as pessoas mais feias, de maneira similar à qual protege (ou busca proteger) outras minorias discriminadas socialmente ou no mercado de trabalho? Se sim, como tal política poderia ser implementada de fato?

Enquanto não chegamos a um consenso, o economista lembra que a sociedade, que desempenha um relevante papel no problema (pois “demanda” beleza), também pode ser parte da solução. Se não devemos prejudicar as pessoas pela cor de sua pele, tampouco deveria entrar no cômputo de mérito o grau de simetria de seu rosto.

ÁGUA

Corrida pela economia

Maior produtora de aços longos e planos da América Latina, a ArcelorMittal Brasil superou a média de reaproveitamento da água entre seus pares do setor de aço. Enquanto esse índice é 96%, a empresa atingiu 98,28%. O volume reutilizado ou reciclado durante 2013 foi de aproximadamente 873,7 milhões de metros cúbicos.

A unidade de João Monlevade, em Minas Gerais, uma das maiores plantas, tem meta zero de efluente, ou seja, sem descarte, a não ser vapor d'água. A unidade também reduziu a captação de 3.200 para 1.500 metros cúbicos por hora, por meio de manutenção e melhorias nos bombeamentos dos sistemas de recirculação, ampliação

do tratamento de efluentes e conscientização dos empregados. Segundo a empresa, a maior motivação dos investimentos em recirculação não é de economizar dinheiro, uma vez que os aportes superam a poupança obtida com o menor gasto de água, e sim promover o uso sustentável de um recurso natural estratégico para suas atividades.

Mais inventários de emissões

Para muitos atores públicos e privados no Brasil, a gestão de emissões de gases de efeito estufa (GEE) não é mais um desafio tão inusitado. Nos últimos anos, cada vez mais empresas e instituições públicas identificam o perfil de suas emissões por meio de inventários, o primeiro passo para que se comece a traçar ações efetivas de redução e gestão.

A trajetória do Programa Brasileiro GHG Protocol é um exemplo dessa tendência. Criado em 2008, utiliza a metodologia GHG Protocol, desenvolvida pela World Resources Institute (WRI), para capacitar empresas e governos no Brasil na elaboração de inventários de GEE. O programa também incentiva essas organizações a publicar esses documentos de forma aberta, a partir de uma plataforma virtual, o Registro Público de Emissões.

No início de agosto, em São Paulo, o programa apresentou os resultados dos inventários de emissões referentes a 2013 de 128 organizações nacionais, espalhadas por 16 setores e 57 subsetores da economia brasileira.

Em um ano, houve aumento de 20% no número de participantes e, desde 2008, o número

de organizações cresceu 457%. Entre matrizes e controladas, as organizações-membro do programa publicaram 273 inventários este ano. Comparadas com as emissões nacionais de GEE em 2013, excluindo o setor de mudança de uso do solo e florestas, as emissões dos membros do Programa Brasileiro GHG Protocol representaram 8,9% desse valor (confira a evolução no gráfico publicado na versão digital desta seção, em fgv.br/ces/pagina22).

A qualidade dos inventários também aumentou: dos 273 inventários de 2013, 48% são completos e verificados por terceira parte, recebendo assim o Selo Ouro. Essa é a maior parcela de inventários verificados desde 2009, quando aqueles com Selo Ouro representavam apenas 9%. Somados com os inventários de Selo Prata (completos, mas não verificados), 92% dos inventários apresentados em 2013 são completos, ou seja, contabilizam todas as emissões de escopo 1 (referente a emissões diretas) e 2 (com emissões decorrentes do consumo de energia adquirida).

9 Leia mais em "Sintonizando", à direita.

Ferramenta vai monitorar impactos locais de Belo Monte

Empreendimentos como a UHE Belo Monte, uma das maiores obras de infraestrutura da história recente do Brasil, desencadeiam numerosas transformações no território nos quais se inserem, alterando profundamente sua dinâmica política, econômica e social. Por isso, mais do que acompanhar cada processo individual, é necessário lançar luz sobre as conexões entre eles – entender de que forma as medidas compensatórias de impactos dialogam com as políticas públicas, as ações da sociedade civil e com a visão de futuro que as próprias comunidades têm de si. Para tanto, o GVCes desenvolverá ferramentas de monitoramento permanentes, com informações acessíveis a todos, de forma a incentivar o fortalecimento da cidadania e a maior participação social.

Esse é o desafio proposto pela Câmara Técnica de Monitoramento do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX) à Fundação Getúlio Vargas (FGV): criar uma ferramenta de monitoramento on-line, interativa, periodicamente atualizada e de fácil compreensão para uso de todos os interessados, desde o gestor público até o cidadão comum.

Essa ferramenta contará com três instrumentos principais, a serem desenvolvidos pela FGV: indicadores de efetividade das condicionantes; indicadores de satisfação social, construídos por meio de consulta e validação com atores locais; e um mapa de articulação e sinergias das políticas públicas e ações governamentais, voltado para analisar gargalos e oportunidades de cooperação entre as instituições e os diferentes níveis de governo.

A FGV manterá uma base de pesquisadores em Altamira (PA), que dialogará diretamente com os atores locais na construção coletiva dessas ferramentas. Além disso, essa base manterá seis bolsistas da região – estudantes universitários que ajudarão os pesquisadores a compreender a realidade local.

SINTONIZANDO

Confira os destaques do ciclo 2013 do Programa GHG:

MAIS EMPRESAS
No ano passado, as organizações do programa emitiram diretamente 92,4 milhões de toneladas de CO₂ equivalente (tCO₂e), 29% a mais que em 2012. Esse fato se deve, principalmente, ao aumento proporcional do número de membros.

ESCOPOS
Os inventários também sistematizaram as emissões do escopo 2 (8,79 milhões de tCO₂e) e aquelas que ocorrem ao longo da cadeia de valor da organização, chamadas de escopo 3 (293,72 milhões de tCO₂e).

ADESÃO
As emissões de escopo 3 são de contabilização e relato opcionais, mas 89% dos membros contabilizaram ao menos uma fonte de emissão indireta.

TRANSFORMAÇÃO
Os setores mais representativos foram os da indústria de transformação (32%), atividades financeiras e seguros (12%), e eletricidade e gás (9%).

CONTA DE LUZ
O consumo de energia elétrica dos membros do Programa representou 18,3% do total gerado no País, descontada a parcela utilizada para consumo residencial.

PRATA DA CASA

Brasil a ser descoberto



Brasil tem uma fonte de riqueza ainda mal explorada: suas áreas protegidas pela legislação ambiental, como os parques nacionais, que poderiam ter o turismo como atividade impulsionadora de renda e desenvolvimento. Se as 1.800 Unidades de Conservação do País expandissem as atividades turísticas, poderiam gerar uma renda de R\$ 16,8 bilhões e 55 mil novos empregos por ano. Esses e outros dados fazem parte do estudo *Unidades de Conservação no Brasil: A contribuição do uso público para o desenvolvimento socioeconômico*, produzido e lançado em agosto pelo Instituto Semeia. O documento aponta as lacunas na governança de áreas protegidas que as impedem de se tornar polos de atração de visitantes.

A administração de parques em países como Austrália, Nova Zelândia e Estados Unidos é considerada modelo, segundo o estudo. A principal forma de gestão adotada nesses lugares, e que poderia ser seguida no Brasil, é a parceria público privada, em que o governo daria concessões de atividades específicas, como pontos de alimentação e transporte interno.

9 PÁGINA22 entrevistou de Ana Luisa Da Riva, diretora-executiva do Semeia, que falou mais sobre o documento, as possibilidades de desenvolver o turismo no Brasil e os outros cinco estudos previstos para serem lançados sobre a temática. Leia em fgv.br/ces/pagina22.

MUNDO AFORA

Inspiração para cidades

O People for Smarter Cities é um portal que reúne informações e pessoas que querem disseminar boas práticas ou aprender o que é possível para fazer das cidades espaços melhores para se viver. Essa criativa comunidade serve também como uma boa fonte de informação para líderes políticos ou empresários que buscam soluções para o espaço urbano.

Há colaboradores de diversos países presentes no site dando informações de iniciativas em áreas como educação, saúde, segurança pública, energia e construção, entre outros. O site foi criado pela empresa IBM, que tem investido em tecnologia para cidades inteligentes. Acesse em people4smartercities.com.

Legado da Rio+20

Um dos encaminhamentos da Conferência Rio+20, realizada há dois anos, foi a criação do Centro Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (Centro Rio+), com o objetivo de facilitar a pesquisa, o intercâmbio de conhecimentos e promover o debate sobre o desenvolvimento sustentável por todo o planeta.

O centro foi estabelecido em 2013, mas só agora seu site foi ao ar (riopluscentre.org, em inglês). Trata-se de um espaço de compartilhamento de análises, ideias e ações práticas que busca um desenvolvimento sustentável e contém notícias, blogs e documentos produzidos pelo centro (mais em entrevista com a diretora adjunta, Layla Saad, à pág. 12).

VALE O CLICK

PRÉ-ELEITORAL
Neste momento pré-eleitoral, o site Mídia e Desmatamento na Amazônia (desmatamentonaamazonia.andi.org.br) dedica-se a uma cobertura mais profunda sobre a região. Há um acompanhamento sistemático sobre desmatamento, com a divulgação de propostas e declarações de políticos, como os três principais candidatos à Presidência da República e ao governo do Amazonas, de Mato Grosso e do Pará.

JUSTIÇA À REALIDADE
Ponte.org é um canal de informação sobre segurança pública, justiça e direitos humanos que dá visibilidade a questões omitidas pela mídia tradicional, como o caso do jovem que, na versão da polícia, atirou contra a própria cabeça mesmo estando algemado com as mãos para trás. É produzido por um coletivo de jornalistas independentes e tem apoio institucional da Agência Pública de jornalismo investigativo.

CATANDO ARTE
O Projeto Pimp My Carroça existe há dois anos e faz sucesso por investir na reforma e pintura de carroças dos catadores de materiais recicláveis, ajudando a valorizar o seu trabalho. A fim de aumentar o impacto da iniciativa, foi lançado um canal no Catarse (canalpimp.catarse.me) para que, por meio de financiamento coletivo, artistas plásticos possam reformar carroças de outros catadores por todo o País.



A bolha global de carbono

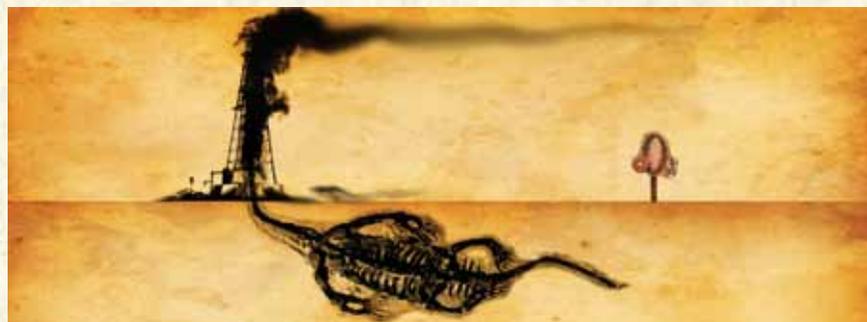
O patrimônio fóssil em mãos das empresas de petróleo, carvão e gás só se converterá em riqueza se destruir o sistema climático. Um acordo para salvá-lo derrubaria os preços

Os combustíveis fósseis são fortes candidatos a ocupar o epicentro de uma nova crise financeira global. A avaliação do jornalista Ambrose Evans-Pritchard está baseada em uma série de entrevistas com influentes protagonistas do setor de energia e em dois relatórios recentes sobre os impactos das negociações climáticas sobre estes mercados. Tendo em vista que, do trilhão de reais que, segundo o BNDES, devem ser investidos em infraestrutura no Brasil até 2017, quase metade vai para o setor de óleo e gás, o tema é de interesse estratégico para o País.

O primeiro relatório é o da Carbon Track Initiative, um grupo de trabalho dirigido pelo empresário, pesquisador e ativista Jeremy Leggett e que ganhou imenso prestígio internacional mostrando a existência de uma bolha de carbono (*carbon bubble*) no mercado global de energia. A expressão tem um duplo sentido, físico e financeiro.

A bolha física está relacionada, evidentemente, à mudança climática. Para cumprir o objetivo de limitar a elevação da temperatura global média a, no máximo, 2 graus, até o final do século XXI, a quantidade de fósseis a ser queimada pelo sistema econômico não pode ultrapassar o que corresponde à emissão de algo entre 900 e 1.000 gigatoneladas de gases de efeito estufa entre 2010 e 2050. Ocorre que o patrimônio fóssil em mãos das empresas (em petróleo, carvão e gás) é quase três vezes superior a esse limite.

É nesse sentido que há uma bolha de carbono: este patrimônio só se converterá em riqueza se destruir o sistema climático. Em tese, seria possível capturar e armazenar o carbono lançado na atmosfera: mas, até hoje, os custos dessas operações são exorbitantes e



não há indicações de que estejam prestes a se tornar economicamente viáveis. Portanto, não há terceiro caminho: ou se deixa sob o solo dois terços das reservas fósseis em poder dos gigantes da energia ou a elevação da temperatura global média chegará a um patamar em que consequências como a seca atual na Califórnia e os furacões Katrina e Sandy são apenas pálidas expressões.

É aí que ganha importância a dimensão financeira da bolha de carbono: apesar das evidências crescentes reunidas pelos cientistas e do acordo internacional (aprovado em 2010, em Cancún, México) de manter a elevação da temperatura aquém de 2 graus, grandes empresas e seus financiadores continuam enxergando nos fósseis uma extraordinária fonte potencial de ganhos.

A Agência Internacional de Energia mostra que, globalmente, os investimentos em combustíveis fósseis dobraram entre 2000 e 2008, quando se estabilizaram em um patamar de US\$ 950 bilhões por ano. Isso representa, segundo relatório recente da organização Ceres, 3,3 vezes mais do que os investimentos em renováveis realizados em 2012. Nos últimos seis anos, os gastos globais na busca de fósseis foram de US\$ 5,4 trilhões.

Praticamente todo esse investimento é feito em fontes não convencionais: areias betuminosas (sobretudo no Cana-

dá), exploração no Ártico, gás de xisto e busca em águas profundas no Brasil e no Golfo do México. Essas fontes não convencionais exigem um esforço (e, portanto, têm um custo) muito maior que as convencionais. Elas só se viabilizam se o preço global do petróleo superar um patamar em torno de US\$ 75 o barril.

Mas, se houver um acordo internacional para impedir a ruptura do sistema climático, a consequência será a queda na demanda e, portanto, nos preços dos fósseis. O crescimento exponencial das energias renováveis (a China dobrou sua geração solar nos primeiros seis meses de 2014, relativamente ao mesmo período do ano anterior) também deve resultar em menor demanda por fósseis. Portanto, o risco financeiro em torno dessa corrida à produção de fósseis é imenso.

O segundo relatório citado por Ambrose Evans-Pritchard e no qual se apoia a hipótese de crise financeira global, vem da consultoria Kepler Cheuvreux. Ele calcula as perdas financeiras dos gigantes da energia, caso um acordo para preservar o sistema climático seja alcançado. Nos próximos 20 anos, o prejuízo seria de US\$ 28 trilhões, dos quais US\$ 19,3 trilhões no setor de petróleo.

Os segmentos mais suscetíveis são justamente os não convencionais: Ártico, areias betuminosas e águas profundas. De que maneira esses números se relacionam com nosso pré-sal é um tema cuja discussão não pode ficar apenas entre especialistas.

Mais em: goo.gl/BXwppF goo.gl/Afm0hv goo.gl/2PfpUX goo.gl/Rsw200 goo.gl/c2V8lr

DESENVOLVENDO OS POTENCIAIS COM A COMUNIDADE

A Fundação André e Lúcia Maggi atua em diferentes áreas sempre com o compromisso de trazer novas possibilidades, ampliar conhecimento e desenvolver potenciais.

Nossos projetos capacitam as pessoas e comunidades e, com isso, contribuem com o desenvolvimento sustentável dos municípios onde atuamos.

Projetos de desenvolvimento das pessoas

- Casa Maggica
- Mundo Maggico
- Centro Cultural Velha Serpa

Projetos de desenvolvimento das comunidades

- Aproxima
- Potencializa
- Fortalecimento das Redes Locais

/fundacaoandreeluciamaggi
fundacaoandreeluciamaggi.com.br

FUNDAÇÃO ANDRÉ E LÚCIA MAGGI

Papel a cumprir

Para o Centro Rio+, há uma expectativa de que o Brasil protagonize a agenda pós-2015 representando o eixo Sul-Sul POR AMÁLIA SAFATLE COLABOROU MAGALI CABRAL

Criado em 2013 para manter na ordem do dia os compromissos assumidos na Rio+20, o Centro Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, ou apenas Centro Rio+, já iniciou atividades em um escritório na Ilha do Fundão, Zona Norte do Rio de Janeiro. PÁGINA22 conversou com a diretora adjunta **Layla Saad** que, em trecho da entrevista a seguir, afirma: “O nosso mandato é amplificar a voz dos países do Sul dentro do debate do desenvolvimento sustentável”. Mais sobre o trabalho do Centro Rio+ em riopluscentre.org.

O Centro Rio+ tem como objetivo articular atores do setor privado, poder público e sociedade civil em torno do desenvolvimento sustentável. Desses atores, quais impõem mais desafios e apresentam mais dificuldade de envolvimento?

Envolver os atores não é a parte mais difícil. Quase todo mundo está falando sobre desenvolvimento sustentável nos governos, nas empresas e também na sociedade civil. O que é realmente difícil é que esses setores partam para ações concretas em relação a essa agenda. Se eu tiver de classificar, governo e setor privado são um pouco mais difíceis. O governo, ao ser responsável por construir todo o marco legal englobando a atuação e as políticas do setor privado. E também por ter de promover o entendimento de que o desenvolvimento sustentável é relevante para o momento do País. A sociedade civil, embora esteja envolvida, ainda é muito cética. Considera que a agenda, por ser internacional, é de outros.

E quanto ao setor privado, por que é difícil?

Se envolvermos as empresas para realmente mudarem o jeito de fazer as coisas dentro do *core business*, será muito interessante. Mas isso requer uma grande mudança, porque o objetivo principal do setor privado é ganhar dinheiro. É difícil vender a ideia de uma agenda que não deixa claro como a mudança para a sustentabilidade aumentará os lucros.

Qual o papel da mídia nessa articulação, para transformar tudo isso em uma questão mais prática? Que trabalho será feito em comunicação?

A mídia tem o poder de formar a opinião pública e promover a agenda. Para nós, é um papel fundamental e gostaríamos de começar um trabalho de parceria com algumas organizações. Não apenas

com o compromisso de publicar artigos sobre algum aspecto do desenvolvimento, mas de ter uma parceria de longo prazo. O nosso mandato é amplificar a voz dos países do Sul dentro do debate do desenvolvimento sustentável. Fazer isso em parceria com a mídia será bem interessante.

Ainda não está claro para muita gente a diferença entre a agenda dos Objetivos do Milênio (ODM) e a agenda do desenvolvimento sustentável (ODS). Esta englobaria os Objetivos do Milênio que não foram atingidos, só que sob uma roupagem do desenvolvimento sustentável?

Não importa chamar de ODM ou de ODS. O importante é que, se não mudarmos o padrão do desenvolvimento, vamos continuar para sempre curando apenas os sintomas de uma doença. Datas são relevantes para incentivar as ações, e as metas que não foram atingidas entrarão nos ODS. Os ODS tentam responder às prioridades da Rio+20, que têm a ver com padrões de consumo, de produção, de energia, mas também de desigualdade. É uma agenda bem mais ampla que abrange aspectos sociais, econômicos e ambientais e trata do *modus operandi*, de como serão implementados. É fundamental fazer a diferença entre a agenda de pobreza, que era específica dos ODM, de uma agenda que diferencia pobreza e desigualdade, específica dos ODS.

Ao todo, quantos objetivos são? Isso é um rascunho, poderá ser mudado?

Há 17 objetivos no último documento entregue pelo grupo aberto de trabalho. O secretário-geral [das Nações Unidas, Ban Ki-moon] juntará esse documento ao relatório da agenda pós-2015 [objetivos e metas que incluirão as dimensões social,

econômica e ambiental do desenvolvimento sustentável, incorporando os resultados da Rio+20], que tem relação com os ODM, e a um terceiro relatório sobre o comitê para o financiamento do desenvolvimento sustentável. Esses três documentos serão transformados em um relatório geral que será apresentado em setembro na Assembleia Geral da ONU. Haverá um ano para as negociações intergovernamentais que decidirão o texto final da agenda. A decisão será só em 2015.

Qual a eficácia de uma agenda com 17 objetivos e mais de 200 ações? Essa agenda deveria ser mais concisa? Quais os prós e contras de resumi-la?

Se deixarmos a agenda muito ampla, ouviremos críticas. Se tentarmos reduzir, também. Eu pessoalmente penso que tem de ser reduzida. A questão é que temos muitos problemas no mundo e queremos colocar tudo no marco. Aí vira uma árvore de Natal. Fica bonito, mas... Uma das qualidades dos ODM era ser sucinto [com apenas oito objetivos] e por isso mais fácil de monitorar. Quanto aos ODS, eu mesma não consigo me lembrar dos 17.

Talvez tenha como resumi-los escolhendo objetivos que, se alcançados, outros automaticamente também serão. Essa seria uma maneira?

Sim, talvez em alguns casos. Esse é o resultado de um processo bastante participativo, por isso ficou tão extenso. Como foram abertas portas para participação em nível regional, nacional, internacional, todo mundo quer que sua agenda entre. Será um processo político dizer qual objetivo será incorporado a outros. As pessoas que têm um conhecimento mais profundo se queixarão que a agenda é muito minimalista. Essa foi a crítica feita aos ODM. Mas esse será um marco só para estimular ações. Não é possível englobar o mundo inteiro dentro de 17 objetivos. Não quer dizer que tudo que está fora do marco não importa.

Em um debate intitulado “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS): o desafio de criar uma rede de soluções”, Jeffrey Sachs afirmou que a sociedade nunca esteve tão interconectada e ao mesmo tempo tão perto do ponto de não retorno. Sendo assim, 2030 não é um prazo longo demais para o cumprimento dos objetivos?

O discurso ambiental tem sido muito dominado por um pessimismo e um sensacionalismo do tipo “o mundo vai acabar”. Temos de trabalhar e tentar avançar. Mas acho fundamental ter prazos interme-

diários. Há agendas específicas de alguns países que não podem esperar 15 anos. Há uma meta que tem a ver com as mulheres serem donas de terras, dentro do objetivo de combate à pobreza. É um problema gravíssimo no mundo. São mulheres muito pobres da área rural que nunca serão proprietárias de terras, porque, em determinados lugares, até os animais têm mais direitos que as mulheres. Essa meta está colocada para o ano 2030, mas essas mulheres não podem esperar mais 15 anos.

O que falta para o Brasil assumir uma posição mais proativa na agenda pós-2015 e ser protagonista no eixo Sul-Sul? Como o Centro Rio+ pretende agir em relação a isso?

Em termos de ser protagonista no eixo Sul-Sul, há uma expectativa em relação ao Brasil pelo que o País fez até agora. Foi um dos países mais incisivos para que os problemas da pobreza e desigualdade fossem contemplados entre os objetivos. Acho isso proativo. Outros países – da África, por exemplo – estão querendo fazer alianças e esperam para ver o Brasil assumir essa liderança. No Centro Rio+ temos desenvolvido um trabalho com o governo brasileiro a fim de fornecer insumos e conteúdos para ajudar nessa posição de liderança. O Brasil já é considerado uma liderança na comunidade internacional, mesmo que não tenha liderado muito até agora.

É um líder até porque sediou a Eco 92 e a Rio+20?

Sim, é uma liderança natural por essas razões e também porque convocou o Grupo Aberto de Trabalho dos ODS, juntamente com a ONU. Além disso, o Brasil é considerado muito bem-sucedido no processo dos ODM. Foi além e conseguiu aumentar objetivos e metas. É muito respeitado também por suas políticas sociais e pelo grau de participação social da sociedade civil. Por isso, tem poder e influência no âmbito internacional.

Como as pessoas podem fazer para se relacionar com o Centro Rio+? Como o Centro pretende se relacionar com atores brasileiros?

Temos a plataforma eletrônica Rio Dialogues (riodialogues.org/login). Qualquer um pode entrar. Agora em setembro vamos abrir [um canal na plataforma] para receber comentários sobre o documento final do grupo aberto de trabalho. Queremos ver a reação da sociedade civil brasileira em relação a esse documento. Temos também reuniões e seminários presenciais, mas a plataforma consegue alcançar mais pessoas.



De origem egípcio-libanesa, Layla Saad nasceu no Chile e formou-se no Canadá em Geografia Humana. Antes de ingressar no Centro Rio+, liderou o trabalho de *advocacy* e parcerias do maior fundo mundial dedicado à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), o MDG Achievement Fund (MDGF)



Governança e externalidades

O olho do dono engorda o boi... E também gera mais gases de efeito estufa



Parece haver consenso de que empresas causam externalidades. Por outro lado, não é tão evidente o quanto essas externalidades afetam o valor das corporações, apesar do crescente número de casos em que passivos legais ou intangíveis prejudicaram balanços e *valuations* (valor de mercado da empresa).

Ao afetar o valor, toca acionistas e mobiliza gestores de capital financeiro. Estes, mais do que atingidos, são os responsáveis finais pelos impactos causados por organizações nas quais detêm ou alocam recursos.

A gestão de externalidades no mundo empresarial acompanha a crescente importância de aspectos socioambientais no dia a dia das organizações. Da área de recursos humanos ou de operações, migrou para gerências dedicadas à responsabilidade social corporativa e para as diretorias. Mais recentemente, foram incorporadas ao arsenal básico de CEOs. Acionistas e investidores, há até pouco tempo, “escondiam-se” atrás do desempenho de seus executivos.

Mas a “bomba” dos passivos acaba estourando no valor e atingindo seus bolsos. Já os negócios inovadores, fundamentados em externalidades positivas, são os que mais têm resultados promissores.

Investidores e acionistas costumam agrupar-se em conselhos de administração para direcionar e monitorar suas empresas. A governança corporativa é

central na gestão do valor das organizações e, conseqüentemente, tornou-se um dos principais fóruns para lidar com o que afeta sua criação ou destruição. Não há como deixar de incorporar a gestão de externalidades em suas pautas.

No entanto, a relação entre acionistas e investidores nessa seara é repleta de lacunas. Boa parte delas está em conselhos disfuncionais ou na ausência completa de sistemas de governança. Mesmo em organizações com boas práticas, faltam mecanismos específicos para uma abordagem ampla de externalidades. Instrumentos nesse campo avançam, sustentados por uma sequência de ações voltadas para identificação, qualificação, avaliação do grau de materialidade, quantificação e, sempre que possível, monetização dos impactos.

Um dos elementos centrais é o tempo. Investidores, acionistas e gestores tendem a priorizar o curto prazo. Mas surgem cada vez mais exemplos em empresas do *mainstream* que vão na direção oposta. Paul Polman, CEO da Unilever, ressalta a importância do longo prazo, do vínculo com causas, da visão sistêmica e da relação com a sociedade.

Em grande parte das situações, resultados de curto prazo não estão alinhados com os de longo prazo. Há grande arte na compatibilização do elemento temporal na gestão e construção de valor das organizações.

Os modelos de gestão e incentivos são críticos nesse jogo. Planilhas de

metas anuais e relatórios contábeis trimestrais, por exemplo, podem induzir rotinas a um horizonte temporal muito restrito, levando a uma construção ilusória de resultados e valor. Sistemas de remuneração e compensação de executivos voltados para esses instrumentos podem representar armadilhas.

Isso também vale para gestores de capital e investidores com expectativas de retorno de curto prazo. Nesses casos, o “boi gordo” será vendido, o resultado econômico apurado, mas as conseqüências negativas de longo prazo não serão incorporadas ao valor.

Esse modelo tradicional tem sido fortemente questionado pela sociedade civil, por investidores com perfil de investimento de longo prazo e por seguradoras e resseguradoras, crescentemente afetadas por passivos ambientais. Projeções de externalidades no tempo afetam as equações de valoração em várias frentes: na monetização de capitais considerados intangíveis, no risco, na tangibilização de passivos, nas questões reputacionais e de marca, na estabilidade dos negócios e na atração de talentos. O estágio emergente da incorporação de externalidades nas estratégias empresariais tem como conseqüência, em muitos casos, maior dissonância de expectativas entre aqueles que têm capital financeiro alocado em empresas.

O espectro de possibilidades se amplia. O alinhamento com demandas da sociedade, com poder crescente na licença para operação, é cada vez mais complexo e relevante. A busca de consenso entre acionistas e investidores resulta frequentemente em um mínimo denominador comum, sem espaço para uma abordagem ampla das externalidades. As valorações acabam sendo incompletas, modelos de negócios geradores de externalidades positivas não avançam, e aqueles com fortes impactos negativos sobrevivem. Mas o fato é que os responsáveis finais pelos gases dos bois estão cada vez mais evidentes.



Efeitos da certificação

Incentivo econômico é eficaz para a conservação da floresta, mostra estudo

A conservação da vegetação nativa do Brasil permanece como um grande desafio. Ameaçada pela expansão da fronteira agropecuária, pela construção de infraestrutura, pelo crescimento econômico sem planejamento territorial e pela governança insuficiente, as metas nacionais de redução do desmatamento, de emissões de gases que agravam o efeito estufa e de restauração da vegetação ficam comprometidas.

A complexidade para atingi-las requer um conjunto integrado de ações públicas e privadas, mandatárias e voluntárias, de comando e controle e de incentivos. No entanto, apesar da importância da conservação da vegetação nativa para o cumprimento desses compromissos, ainda faltam estímulos e instrumentos econômicos que promovam a sua proteção, visando o cumprimento da legislação ou mesmo sua superação.

O Código Florestal, aprovado em 2012, trata explicitamente dos mecanismos econômicos, mas estes ainda não foram regulamentados.

Assim, o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) e um conjunto de pesquisadores de diferentes universidades avaliaram a contribuição da certificação socioambiental, como um instrumento econômico voluntário, para a conservação da vegetação nativa no Brasil, e o resultado foi publicado na série *Sustentabilidade em Debate*, inaugurada recentemente.

Analisamos a abrangência da implementação no Brasil da certificação florestal Forest Stewardship Council (FSC) e do sistema de certificação agrícola da Rede de Agricultura Sustentável – Rainforest Alliance (RAS). Consideramos as mudanças causadas pela implementação desses sistemas em relação à conservação da vegetação nativa e fizemos estudos de caso avaliando o



cumprimento do Código Florestal e a quantidade e a qualidade da conservação da vegetação nativa em fazendas de café certificadas e não certificadas do Cerrado de Minas Gerais.

Os números indicam que a certificação socioambiental já possui abrangência nacional, está em diversos biomas, regiões e estados e em empreendimentos de tamanhos variados, em escala comercial de cadeias produtivas de alta competitividade, como madeira, papel e celulose, café, laranja, cana e soja. Os resultados apontaram ainda que a certificação tem contribuído com mudanças em direção à redução do desmatamento, promoção da restauração de matas ciliares e nascentes, aumento da conexão entre remanescentes de vegetação nativa e da oferta de habitat para a biodiversidade em propriedades rurais.

Os dois sistemas de certificação estudados – o FSC, florestal, e a RAS, para agricultura – englobam mais de 1,5 milhão de hectares dedicados à conservação, e os empreendimentos certificados respondem por uma área de vegetação nativa maior do que os de seus vizinhos.

Tanto na Mata Atlântica quanto no Cerrado, as áreas de conservação de vegetação nativa dos empreendimentos

certificados representaram, em média, 35% da área total. As fazendas de café certificadas, em Minas Gerais, possuíam 10% de cerrado nativo, enquanto as não certificadas tinham apenas 0,4% da sua área com essa vegetação. E o cumprimento do Código Florestal foi sempre maior em fazendas certificadas, tanto para os requisitos de Área de Preservação Permanente (APP) como de Reserva Legal. A diferença também estava presente na maior restauração de matas ciliares em fazendas certificadas.

O efeito da certificação fica ainda mais evidente quando comparado a dados médios nacionais da agropecuária nacional, que apontam a continuidade do desmatamento em diversos biomas brasileiros, um déficit de Reserva Legal de 17 milhões de hectares em imóveis rurais e 30 milhões de hectares de APPs às margens de rios ocupados com pastos e culturas agrícolas. Além disso, quase metade das APPs das matas ciliares do País tem uso agropecuário, percentual que chega a 73% na Mata Atlântica.

O principal papel da certificação e de instrumentos voluntários de mercado é o de inovar e demonstrar soluções para os desafios da sustentabilidade. Sua abrangência e escala têm sido capazes de promover o debate público, pautar uma agenda de pesquisa e políticas públicas, induzir mudanças na gestão e práticas de produção no campo, em cadeias produtivas nacionais e internacionais.

A superação do desafio maior, todavia, será alcançado apenas quando incentivos e instrumentos inovadores, como a certificação, forem coordenados com políticas públicas, que têm o papel e a responsabilidade de solucionar, definitivamente, a questão do relacionamento equilibrado entre a produção agropecuária e a conservação da natureza.

O trabalho pode ser acessado na íntegra em goo.gl/c4DmjG.

Autores do trabalho: Luís Fernando Guedes Pinto e Elisa Hardt, pesquisadores do Imaflora; Rozely Ferreira dos Santos, professora associada da Unicamp; Jean Paul Metzger, professor titular do Departamento de Ecologia da USP; Gerd Sparovek, professor titular da Esalq-USP; e Edoardo Borgomeo, doutorando da Universidade de Oxford.



Os responsáveis **pelo pato**

POR AMÁLIA SAFATLE E MAGALI CABRAL FOTO FABRÍCIO PIMENTEL

Trocando em miúdos, internalizar externalidades significa responsabilizar os causadores do problema. “Significa que, em vez de todo mundo pagar o pato, que pague o pato quem é responsável por ele”, explica, didaticamente, o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro Carlos Eduardo Frickmann Young, um estudioso da Economia do Meio Ambiente. Mas, se a teoria parece fácil, a prática depara-se com questões que fogem à técnica e dependem da política. Para ele, falta interesse em precificar os custos socioambientais, pois os projetos ficariam menos atraentes e com menor visibilidade.

Young dá como exemplo a crise hídrica. “Se as externalidades envolvidas na questão da gestão da água fossem incorporadas pelos governos estadual e municipais de São Paulo, o estado paulista estaria vivendo sob esse caos hídrico de hoje? Não. Porque não dá uma visibilidade tão grande investir em eficiência de sistema e em serviço ambiental, incluindo o reflorestamento das matas ciliares”, afirma.

Defensor do crescimento econômico, Young vê na inovação e na sociedade do conhecimento o caminho da economia verde – que não vencerá o jogo sozinha, precisa ser estimulada por políticas específicas.

Professor associado do Instituto de Economia da UFRJ e pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento na linha que contempla biodiversidade, recursos naturais e culturais. Publicou diversos trabalhos sobre comércio e meio ambiente, economia do desmatamento e valoração de recursos naturais



Internalizar as externalidades no preço dos produtos pesaria sobre os mais pobres, tornando os produtos e serviços mais inacessíveis a quem tem menor poder aquisitivo? E que impactos teria na inflação?

A externalidade não é um custo inventado, ela está aí, ela existe. Não é o economista que inventa a externalidade, ele apenas a enxerga. A poluição, a falta d'água, o esgoto, as consequências da mudança climática, o câncer estão aí. Isso para falar das externalidades negativas, depois podemos falar das positivas, como os serviços ambientais. Em Economia Ambiental, o "desserviço ambiental" é a externalidade negativa. Então, quando falamos em medir a externalidade, estabelecendo como métrica um preço de mercado, estou simplesmente vendo um problema e vou comparar com outro problema. A mensuração da externalidade é uma tentativa de estabelecer um grau de relevância dessa perda com outros valores econômicos. E para isso a gente faz a valoração. Uma besteira, desculpe o termo, é dizer que, com a valoração, se faz uma "commoditização" da natureza, vamos transformar a natureza em um grande mercado que vai excluir os pobres. Balela. Nunca li um texto conceituado que mostrasse isso. A teoria diz: valoração da externalidade diz respeito a medir a importância dessa perda. Porque, se esse custo existe, alguém está pagando. Quem paga as externalidades do problema da mobilidade, pagando ônibus lotado em um superengarrafamento, não é a pessoa que está usufruindo do ar condicionado no seu automóvel. Uma colega sua, de um grande jornal de São Paulo, disse que, se houvesse um transporte público de qualidade que oferecesse o mesmo grau de conforto do carro, deixaria de usá-lo. Óbvio: não existe transporte público que dê o mesmo grau de conforto do individual. Eu não conheço. Em qualquer lugar do mundo, você tem de andar, pegar fila, vai estar cheio na hora do *rush*... por isso preciso penalizar o transporte individual, para criar um benefício para quem usa o público. Quem sofre as consequências das emissões, da mudança do clima, usualmente contribui muito pouco para esse problema.

Essa, inclusive, é uma definição de externalidade, certo?

Essa é "a" definição. Externalidade negativa signi-

fica que o custo é socializado, é pago por outros. A externalidade não é paga com a internalização. O que se faz com a internalização é responsabilizar o causador do problema. Internalizar externalidades significa que, em vez de todo mundo pagar o pato, que pague o pato quem é responsável por ele.

Se existe uma externalidade que afeta um determinado espaço, como o geográfico, que afeta uma área da cidade, a externalidade está embutida no custo daquela área. Esse custo será internalizado por quem vive na região. Quem puder evitar esse custo o fará. A sociedade faz com que haja uma maior procura pela área sem externalidades negativas e uma menor procura pelas áreas com. Em uma sociedade na qual a distribuição de renda não é homogênea, o indivíduo com maior disposição a pagar optará por uma área com menos problema de mobilidade, poluição etc. Ou seja, as externalidades estão embutidas no valor dos imóveis, no valor de aluguéis de áreas como a Zona Sul do Rio. A presença da externalidade deprecia os espaços sociais. Um imóvel localizado próximo a um lixão custará bem menos que outro idêntico, mas localizado longe do lixão. A sociedade, de um jeito ou de outro, já precificou isso.

Ou seja, a precificação já está acontecendo e prejudicando os mais pobres?

Pergunte a quem gasta 4 a 5 horas por dia no transporte, ou vive próximo a um lixão, ou perto do barulho dos aviões.

A poluição é regressiva, quem paga mais são os mais pobres

Mas, voltando à pergunta inicial, se a gente calcula o valor da pegada hídrica, por exemplo, e embute

esse valor no preço dos produtos, estes ficariam ainda mais inacessíveis para os mais pobres, e isso não reforçaria a desigualdade?

Não, ao contrário. Se eu estabeleço, por exemplo, uma restrição fiscal ao uso individual do automóvel por pedágio urbano, aumento do IPVA e criação de taxa específica, eu penalizo o usuário do automóvel. Contudo, o beneficiário dessa medida seria toda a população que se move.

Mas vamos tomar como exemplo um produto que seja usado por todos, como a água, pois não é todo mundo que tem automóvel.

O automóvel é de poucos, mas a mobilidade é de

todos. Mas, o.k., voltando ao exemplo da água. Se faço um sistema de cobrança pelo uso de água, é verdade que as pessoas pagarão mais pela água. Contudo, haverá uma racionalização desse uso, com menor desperdício, tornando o uso, do ponto de vista econômico, melhor. Os grandes desperdiçadores deixarão de desperdiçar. Uma pessoa que tem possibilidade de racionar vai fazê-lo. Isso considerando que a falta de água é um problema. Aí entra a hipocrisia da história. Usa-se o argumento de que haverá um perdedor para justificar a não cobrança, com isso o grande usuário fica isento disso. Busca, então, a desculpa social de que o mais pobre terá de pagar mais caro.

Vamos pensar no sistema de água como um todo, não apenas o abastecimento, mas também o saneamento, na hipótese de haver uma cobrança adequada pelo uso da água que incluísse a disposição dessa água. As pessoas pensam na água até a torneira, mas não depois que dão a descarga. Então, é preciso pensar em uma cobrança integrada. A água contaminada pelo esgoto, até chegar no mar, passa por áreas em que vivem as comunidades pobres. Quanto mais suja for a área, mais desvalorizada será e mais pobre será o residente que aceita morar lá. A poluição é regressiva, ou seja, quem paga mais são os mais pobres. Se houver uma cobrança que melhore a qualidade da água, quem vai se beneficiar é quem está recebendo (*sofrendo*) a externalidade.

Precificar as externalidades, ao encarecer a economia marrom, fará com que a economia verde se torne relativamente mais barata?

A primeira expressão da precificação é a medição, que é um avanço, mas não é suficiente: conhecer o problema não o resolve, apenas facilita que soluções sejam criadas. A segunda possibilidade é, de fato, a internalização da externalidade: eu estabeleço uma cobrança sobre o dano que foi gerado, ou seja, cobro o responsável por isso. O que percebo é que, sob o argumento falacioso de que internalizar a externalidade penaliza o pobre, acabo criando uma justificativa para manutenção do *status quo*, em que a perda para o mais pobre é mais alta pela externalidade gerada que a eventual perda privada que ele terá, pelo preço mais alto daquilo que vai consumir.

Alguém pode argumentar que, se eu considerar a internalização das externalidades, a estrutura de preços seria diferente. Não estou preocupado com a inflação propriamente dita. Se todos os preços

A política é ótima quando o benefício coletivo se torna superior à perda individual

sobem à mesma taxa e se o meu rendimento cresce à mesma velocidade com que crescem os custos, eu fico igual, só muda o numerário, a quantidade de zeros que eu vou botar na conta. O problema são os preços relativos, os preços de um produto em relação ao outro. É disso que a gente está falando. Quando elevo o preço do combustível, eu penalizo o consumidor do combustível do automóvel – e também quem produz o automóvel. Mas, se essa medida é eficaz para reduzir o uso do transporte que não de massa, eu terei um benefício de ganho de mobilidade. Se o benefício da redução de gases poluentes atmosféricos, do tempo de deslocamento e do índice de congestionamento superar o custo privado do consumidor de combustível e do produtor de automóvel, essa política é ótima – o benefício coletivo torna-se superior à perda individual.

Desde que a gente consiga medir esse benefício coletivo, para não ficar abstrato.

A valoração existe há 50 anos, no mínimo. Não há nada novo nisso. O Banco Mundial já lidava com essa história nos anos 1980.

Em que estágio estamos nessas pesquisas? Avançaram significativamente?

No mundo, sim; no Brasil avançaram muito pouco. Por quê? Porque há pouca demanda. Não há interesse em medir externalidades, porque isso tornaria essas atividades menos atraentes. Caso se tornassem menos interessantes, os projetos alternativos ficariam mais atrativos. Vou pegar o caso do PAC. Houve interesse em medir as externalidades associadas aos grandes projetos de infraestrutura? Não. Infelizmente nós vivemos em um regime político em que o poder se apresenta de uma maneira independente da questão técnica. Se as externalidades envolvidas na questão da gestão da água fossem incorporadas pelos governos estadual e municipais de São Paulo, o estado paulista estaria vivendo sob esse caos hídrico de hoje? Não. Porque não dá uma visibilidade tão grande investir em eficiência de sistema e em serviço ambiental, incluindo o reflorestamento das matas ciliares.



Não sou cientista político, não tenho dados, mas é comum nas discussões sobre financiamento de campanhas políticas atribuir um grande peso às contribuições das construtoras. Se o seu objetivo é maximizar receitas de campanhas políticas, é muito melhor que você faça grandes obras que tornem esse seu projeto atraente, para que essas empresas ligadas às grandes obras financiem você. O pagamento por serviço ambiental de pequenos produtores rurais não vai dar o mesmo retorno. Isso faz parte da agenda política em todos os níveis da administração pública brasileira. Se não há interesse em resolver o problema, não há interesse em medir o problema. Daí a falta de interesse na valoração das externalidades.

Em outros países onde os estudos se encontram mais avançados, não tem esse mesmo problema do interesse?

Em todos os países do mundo há problemas de interesse, contudo o grau é menor. Onde as técnicas de valoração são mais empregadas é justamente onde há sistemas de internalização das externalidades. Se vou estabelecer um sistema de pedágio urbano, como existe em Londres, eu preciso precificar essa cobrança. Onde existe, de fato, um mercado de carbono, como na União Europeia, eu preciso dar um preço à tonelada de carbono. Existe uma necessidade de estimar o benefício da política para estabelecer o valor da cobrança, como a do uso da água ou como a cobrança pela disposição do resíduo sólido. Em outros casos, aconteceu um vazamento de petróleo, eu preciso estipular o valor da indenização a ser paga pelo responsável.

E, principalmente, na análise de projetos como ampliação de um aeroporto, uma rodovia. Isso é praxe nos países desenvolvidos. Não existe a ingenuidade de que isso vai resolver o problema político, mas colabora na tomada de decisão para que a sociedade decida o que é melhor para ela como um todo e não apenas para os indivíduos.

O Brasil reúne base de dados suficiente para fazer estudos de valoração ambiental? A falta de dados impede avanços maiores em pesquisas, estudos?

Não tem interesse para isso. Por que o orçamento da área ambiental é míngua em relação às

outras? Por que não temos um sistema efetivo de cobrança pelo uso da água? Porque não interessa à sociedade como um todo ou não interessa aos agentes públicos? Aí você terá de entrar em uma discussão que não é minha especialidade, que é a Ciência Política. Por que tivemos uma operação da lei florestal contrária às pesquisas de opinião nitidamente para desenvolver o agronegócio, ignorando as suas externalidades? Por que os agentes públicos não agem necessariamente em prol dos interesses coletivos e sim de lados específicos? São questões para os cientistas políticos. Por que temos esse problema de representação torta no Congresso Nacional? Por que o tema ambiental aparece com muito mais importância nos debates em geral da população e ao mesmo tempo é tão sub-representado pelo corpo legislativo brasileiro e no próprio Executivo? E aqui a minha medida é o orçamento, que tem uma participação relativa declinante nos gastos públicos. E por que a sociedade permite isso? Eu tenho intuições, mas não sou a pessoa certa para responder a essas perguntas.

E além disso existe um pensamento econômico *mainstream* que não considera a economia com um subsistema do meio ambiente? Esse seria um outro fator?

O que você chama de pensamento econômico? O pensamento dos economistas ou o dos que tomam decisões ligadas à economia?

Os dois.

Mas são coisas diferentes. O economista não decide a economia. O economista não manda em nada.

Não manda, mas na nossa área, por exemplo, existem pouquíssimos economistas que falam sobre sustentabilidade, é até difícil o jornalista encontrar fontes. Na maioria das vezes, o conhecimento econômico é gerado como se não houvesse uma questão ambiental acima de tudo.

Não é porque as pessoas não assistiram à minha aula ou não leram o que escrevi – digo isso como um dos economistas que falam sobre sustentabilidade – que vão tomar a decisão que tomaram. Elas vão continuar tomando a mesma decisão, porque não levam isso em consideração. A sociedade opta por ter um carro mais barato. Eu não vi nenhuma

manifestação pública ou protesto contra a redução do IPI do automóvel, vocês viram?

Não, só no meio ambiental mesmo é que houve críticas.

Os economistas que eu conheço que lidam com a questão ambiental são contra a redução do IPI para o automóvel e o subsídio à gasolina. Eu não conheço um único que seja favorável, e isso não impediu que a medida fosse tomada por razões inclusive eleitorais. Mas não é por causa do “pensamento econômico”. Na verdade, não existe “o” pensamento econômico, a Economia é um campo de debate de ideias. Isso é outra grande balela, as pessoas dizem que é preciso ter uma “mudança de paradigma”, que “têm de deixar de ser consumistas”. Tá, então muda as pessoas. Se as pessoas não fossem tão consumistas, os shoppings estariam menos cheios, é verdade. Mas existe muita gente falando besteira em nome da Economia do Meio Ambiente, a começar da ideia de PIB, totalmente equivocada.

O maior equívoco é achar que a economia verde vai reduzir o PIB. PIB não é problema, PIB é solução. Quanto mais PIB, melhor, pode escrever aí. Nós só resolveremos problemas de sustentabilidade com aumento do PIB, ponto-final. Porque eu sei que aumento da atividade econômica. Como eu aumento a atividade econômica? Com mais emprego e com mais produtividade. Eu quero pleno emprego e quero aumento da produtividade. Mas quero um aumento de produtividade que resulte na maior geração de valor pelo menor uso de recurso, uma economia cada vez mais desmaterializada, que é a economia do conhecimento, da inovação. Eu quero que o PIB aumente e não diminua.

Entra na questão da qualidade do PIB?

Exatamente, o PIB não deve ser maior apenas, precisa ser melhor.

E como é que se ganha esse debate na sociedade?

Mostrando que o caminho da economia verde gera mais renda e melhor emprego que o caminho da economia marrom. Inclusive tenho um trabalho sobre isso ([leia artigo publicado em goo.gl/mgtfFD](http://leia.artigo.publicado.em.goo.gl/mgtfFD)).

Seria mostrando as externalidades positivas da economia verde, em vez de só mostrar as negativas da economia marrom?

Exatamente. Se eu considerar as consequências

É um equívoco achar que a economia verde vai reduzir o PIB. Quanto mais PIB, melhor

negativas do caminho predatório e mostrar as possibilidades de empregabilidade do caminho alternativo de uma economia cada vez mais baseada em conhecimento e cada vez menos em extração predatória de recursos naturais, mais atividades vou gerar. Vou gerar mais empregos e de melhor qualidade. E, segundo a minha conta, fazendo uma simulação para a economia brasileira, isso bate.

A economia verde gera melhor PIB. E gera mais PIB através da inovação. A economia verde é aquela que incorpora o conhecimento e os serviços na atividade econômica. O que gera mais emprego? Ocupar predatoriamente o espaço urbano em um modelo de habitação permitindo que se construa casas de qualquer jeito nas encostas, ou um grande plano nacional de recuperação e reconstrução da cidade, com estrutura adequada e saneamento? Se eu for reconstruir a cidade, vou gerar emprego pra caramba e uma externalidade melhor.

O que gera mais emprego? Uma agricultura predatória com maior uso possível de área e de agrotóxicos, altamente mecanizada, ou uma agricultura na qual a mão de obra volta a ser valorizada, com maior intensidade de trabalho? Ah, o produto orgânico é mais caro. Claro, ele tem maior valor agregado, ele adiciona mais no processo. Ele adiciona externalidade positiva.

O caso da indústria: vamos nos especializar em *commodities* intensivas em emissão, ou em produtos intensivos em tecnologia e mão de obra? A Europa não quer produzir qualquer coisa, ela manda pra China. Isso não tornou a economia europeia menos industrializada. O PIB não está caindo por isso.

E o papel do poder público nisso?

Economia verde, na minha opinião, é um caminho alternativo, uma possibilidade que não vai acontecer espontaneamente. Ela precisa ser induzida, precisa de políticas específicas, incluindo a internalização das externalidades, que levem a uma produção econômica com maior agregação de valor através da incorporação da inovação e do conhecimento no processo produtivo. Produtos que não serão os mais baratos, mas serão melhores.



A nova “onda” dos pataxós

Lideranças indígenas engajam-se em projeto de restauração florestal que pretende atingir toda a cadeia produtiva e reverter os estragos causados pela exploração ilegal

Na primeira – e única – baforada, o mundo “girou”. A tontura foi como uma roleta que roda várias vezes até parar no número da sorte grande – sim, a sorte de vivenciar com os nativos um momento de transformações da realidade local. O “cachimbo da paz”, abastecido com capim de aruanda, folha de jurema e resina de amesca, integrava um ritual fechado entre os índios pataxós para proteção contra maus espíritos. Mas a aromática fumaça sagrada tornou-se “produto turístico” e dissipou-se quando as portas das aldeias foram abertas ao assédio dos forasteiros na região de Porto Seguro, litoral sul da Bahia.

Já faz algum tempo, a tradição das rezas, danças e pinturas do corpo virou meio de sustento. Hoje, o dilema de associar a cultura indígena ao consumo do “homem branco” recaí sobre novas frentes, com destaque para a exploração florestal. Em especial o corte de árvores da Mata Atlântica, já castigada ao extremo naquele trecho do litoral onde Pedro Álvares Cabral “descobriu” o Brasil.

Não faltam motivos para a nossa viagem “Brasil adentro”, nesta nova coluna de PÁGINA22, começar pela terra dos pataxós no entorno do Monte Pascoal e, de lá, seguir pelos quatro cantos do País, na rota de diferentes paisagens, realidades e histórias de vida, percorrida em 30 anos de trabalho jornalístico, na linha do desenvolvimento local.

Neste ponto de largada na Bahia, o cenário mistura floresta, sol, mar, diversão, patrimônio histórico, conhecimento tradicional e também impactos socioambientais – um mosaico que este ano ficou mais conhecido dos brasileiros, por conta da seleção de futebol da Alemanha, que lá se hospedou, adotou a estratégia de interagir com a comunidade e se tornou campeão do mundo.

Jornais e canais de televisão de todo o planeta, no entanto, não mostraram



tudo. Na margem das estradas, banquinhas que vendem gamelas e outros objetos de decoração feitos com madeira de lei dão pistas sobre o que acontece na Mata Atlântica por trás daquelas montanhas à beira-mar: desmatamento.

Estima-se que pelo menos 6 mil árvores nativas são derrubadas por ano para essa finalidade, envolvendo cerca de 300 artesãos. Os índios recebem um décimo do preço final de venda aos turistas e são compelidos a derrubar mais para aumentar a renda. Como uma nova árvore demora 20 ou 30 anos para crescer, a floresta chegou à exaustão, com a necessidade de ir cada vez mais longe para cortar a madeira.

Nessas condições, provavelmente o recurso faltará para o sustento do povo indígena no futuro. E ainda existe a ameaça dos incêndios florestais, causados por queimadas nas roças, sem falar da criação de gado, que implica mais derrubada de árvores para abrir pastagem e fazer estacas para cercas.

Com um agravante: tudo ocorre dentro de uma Unidade de Conservação de proteção integral: o Parque Nacional do

Monte Pascoal, sobreposto à reserva dos pataxós. A solução para mudar o quadro, proposta por uma ONG local, a Natureza Bela, e abraçada pelas lideranças indígenas, foi fazer a restauração florestal com plantio de mudas nativas, iniciada há três anos em 220 hectares nas aldeias Boca da Mata e Meio da Mata. A iniciativa recebe apoio do BNDES, com recursos de R\$ 3 milhões, destinados a serviços como capacitação dos índios por especialistas da Universidade de São Paulo e instalação de viveiros.

Para formalizar a produção e as vendas, as comunidades montaram uma cooperativa que mistura “replântio” e “pajé” no nome – Cooplanjé –, hoje com 102 integrantes, esperançosos de daqui a alguns anos só tirar madeira das árvores que plantaram, como da espécie *Acacia mangium*, de origem australiana e de bom rendimento para o artesanato.

Enquanto isso, o barulho das motosserras permanecerá. Uma em cada quatro famílias sobrevive da atividade, em condição social degradante. Quando constatarem a realidade em campo, técnicos do BNDES perceberam que o projeto deveria atingir toda a cadeia produtiva, incluindo coletores de sementes e compradores de mudas. A região está incrustada no coração de um corredor de biodiversidade que é alvo de um plano do Pacto para Restauração da Mata Atlântica para dobrar a floresta nativa que restou no bioma. Além disso, a adequação das propriedades rurais ao novo Código Florestal deverá movimentar os negócios do reflorestamento.

Que cachimbo que nada. A “viagem” atual dos pataxós está no conserto dos estragos que eles próprios e os madeireiros ilegais causaram à mata. E assim as aldeias poderão entoar o canto que chama as forças da floresta: *Eu fui no pé da jurema/ Eu vio índio cantar/ Vamos trabalhar meu povo/ Para Deus nos ajudar/ Henawê heyná heíá, henawê heyná heíá.*

CONFERÊNCIA ETHOS 360°

“SIMULTANEIDADE E INTERAÇÃO COMO VOCÊ NUNCA VIU”

Formatos originais e temas de alto impacto, como acesso a novos mercados, futuro da inovação e direitos humanos, tratados por grandes nomes como Pavan Sukhdev, Cameron Hepburn e Fábio Coelho.



24 e 25 de SETEMBRO de 2014



48 horas de atividades



GOLDEN HALL
World Trade Center | São Paulo

NOVIDADE

sua inscrição garante acesso a todas as atividades.

GARANTA SUA VAGA E INSCREVA-SE

ACESSE:
www.ethos.org.br/ce2014

CONTATE-NOS:
(11) 3897.2400 | atendimento@ethos.org.br



Além da arena

FOTOS GUSTAVO MINAS/SELVASP

Sem pauta predefinida, o fotojornalista Gustavo Gomes, do coletivo de fotografia de rua SelvaSP, saiu em caminhadas pelo bairro de Itaquera, Zona Leste paulistana, captando os contrastes e a complexidade de uma região vibrante e em plena transformação. Faltavam dois meses para o início dos jogos da Copa do Mundo no estádio-padrão-fifa que talvez sirva de símbolo maior dos contrastes da região e de uma das muitas metáfora da desigualdade social no País.

Tempos depois de finalizada a festa mundial e do quase meio milhão de dólares gastos na construção da nova arena, a vida segue na precariedade do mundo de fora, aquele da condução, da ocupação por moradia, das favelas que resistem a menos de 1 quilômetro do estádio, do saneamento que não chega. Até a próxima festa?







Parece, mas não é

Empresários, pesquisadores e governos buscam formas de trazer à luz as externalidades – reflexos negativos ou positivos de uma atividade que são sentidos por aqueles que pouco ou nada contribuíram para gerá-los. Precificá-las significa mostrar a economia em seu tamanho mais real

POR DIEGO VIANA FOTO BRUNO BERNARDI

Quanto custariam a televisão, o tênis e o carro que compramos se neles estivessem contados todos os custos que implicam, e não só o que seus fabricantes gastaram? Se a construção de condomínios fechados elimina o comércio de rua e inibe a circulação de pedestres de uma cidade, por que esse impacto negativo não aparece no preço dos apartamentos? Se uma multinacional do agronegócio exporta, com sua soja, nutrientes do solo e quantidades cavalares de água, por que ela não tem de pagar por isso?

Essas perguntas têm ganhado espaço cada vez maior. Com a crise ambiental e seus efeitos para a sociedade, empresários, pesquisadores e governos buscam formas de in-

corporar aos preços as chamadas externalidades, que até hoje permanecem à margem da precificação. Para isso, é necessário não apenas mobilizar as ferramentas da ciência e da economia, mas também mudar o vocabulário e o modo de encarar a natureza.

Diversas organizações já se adiantam para ocupar um espaço nesse novo mundo. Companhias como a britânica Trucost oferecem a grandes e pequenas corporações uma base de dados com a qual podem estimar seu impacto sobre a natureza; no Brasil, a Bolsa Verde do Rio de Janeiro (BVRio) abre espaço para negociação de créditos ambientais. A empresa Biofílica, de São Paulo, comercializa → **serviços ambientais**, com vistas à conservação de florestas.

Designam o fluxo de benefícios que o capital natural fornece ao ser humano

➤ Em português:
A Economia dos
Ecossistemas e da
Biodiversidade

➤ É o cálculo do
valor monetário de
toda a terra, água,
ar e biodiversidade
do planeta

Porém as tentativas de calcular os custos escondidos resultam em números assustadores. Uma equipe liderada pelo economista australiano Robert Costanza, da Australian National University, estimou que a superexploração dos recursos naturais já causou uma perda nos serviços ambientais de US\$ 20,2 trilhões, entre 1997 e 2011. Essa mesma pesquisa estima em US\$ 124,8 trilhões por ano o valor de tudo que a natureza oferece sem cobrar ao ser humano, o que corresponde, aproximadamente, ao dobro do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, ou seja: a dádiva da Terra para nós é cada vez menor, e a culpa é nossa ■.

“Nossas estimativas econômicas deixam de fora os presentes da natureza que, hoje, valem mais do que todo o capital instalado e toda a atividade econômica no mundo. É um erro enorme”, afirma Costanza. “Não queremos transacionar, vender ou privatizar esses ativos, mas temos de reconhecer seu valor e começar a tomar medidas urgentes para protegê-los e restaurá-los.”

O esforço de ampliar a contabilidade de custos para além do que aparece no *business as usual* está enriquecendo a linguagem de tomadores de decisão com termos como serviços ambientais e → **capital natural**. Se o ar, os rios, os nutrientes da terra e o subsolo são insumos de toda produção e a condição da vida, então o planeta pode ser encarado como um gigantesco estoque de capital.

Outra expressão que a cada dia se populariza é a pegada ecológica, pela qual se busca medir o quanto uma atividade, uma empresa, um país ou mesmo uma pessoa geram de impacto no meio ambiente. A Global Footprint Network, uma ONG sediada na Califórnia (EUA), desenvolve, desde 2003, metodologias que buscam aperfeiçoar a contabilização do impacto humano sobre o planeta ■.

Anualmente, a ONG celebra o Earth Overshoot Day, dia em que o uso dos recursos naturais pela atividade humana ultrapassa a capacidade de renovação do planeta, e que vem recuando a cada ano. Em 2012, esse dia foi 22 de agosto. Em 2013, dia 20 de agosto e, este ano, dia 19. Dessa marca até 31 de dezembro, a humanidade consome além das possibilidades do planeta, hipotecando o futuro.

A análise da pegada ecológica toma, como base de cálculo, o capital ecológico definido

como “estoque de ativos ecológicos vivos que fornecem bens e serviços continuamente”, ou seja, a produção de recursos (como cereais e animais de criação), a assimilação de rejeitos (como a absorção de CO₂), e serviços necessários para a sobrevivência (como a proteção contra raios ultravioleta, biodiversidade, limpeza da água e estabilidade do clima).

A partir de 2008, o Ministério do Meio Ambiente alemão, a Comissão Europeia e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) desenvolveram o → **The Economics of Ecosystems and Biodiversity**, ou apenas *Relatório Teeb* ■.

O documento se propõe a ser “uma grande iniciativa internacional para chamar atenção para os benefícios econômicos globais da biodiversidade, expressar os custos crescentes da degradação dos ecossistemas, e para aproximar conhecimentos de ciência, economia e políticas públicas, permitindo o avanço de ações práticas”. A versão brasileira do relatório foi lançada este ano ■.

CRÍTICAS À MONETIZAÇÃO

Entretanto, a ideia de tratar a natureza inteira como ativo ou patrimônio, no sentido mais estritamente financeiro do termo, tem estimulado também uma série de críticas acerbadas, cujo principal argumento é que se está aplicando à salvação do planeta a mesma lógica e a mesma linguagem que conduziram à sua destruição.

Pesquisadores como a alemã Barbara Unmüßig, da Fundação Heinrich Böll, alertam para a troca de conceitos como “bem coletivo” e “responsabilidade social” por um idioma centrado em dinheiro e capital.

Recentemente, o jornalista inglês George Monbiot, em discurso na Universidade de Sheffield, no Reino Unido, resumiu esses argumentos, afirmando que a lógica do capital natural “é plausível e respeitável, mas é a via para a ruína, uma ruína ainda maior do que a atual”. Para Monbiot, além de “empurrar o mundo natural ainda mais para o fundo do sistema que o está devorando vivo”, a noção de capital natural produz a ilusão de que algumas grandezas são comensuráveis, quan-

■ Leia mais em bit.ly/1jVGNuM. ■ Para saber mais, acesse footprintnetwork.org. ■ Saiba mais em teebweb.org. ■ Acesse o relatório em bit.ly/1kK4M2v.

Serviços ambientais equivalem ao dobro do PIB mundial

do não são: a beleza de uma paisagem, o valor da água limpa, o tempo de lazer.

Monbiot lembra também que não se podem ignorar os desequilíbrios de poder que põem em xeque a conservação ambiental: um exemplo é o sistema de negociação de créditos de carbono na Europa, que falhou, segundo o jornalista, porque empresas muito poluidoras conseguiram obter créditos além do devido, graças a seu poder de *lobby* (*mais na reportagem “Saindo das sombras” à pág. 36*).

NEGÓCIOS NATURAIS

O conceito de capital natural tem gerado novos negócios no Brasil e no mundo. Richard Mattison é presidente da empresa britânica Trucost, que oferece serviços a empresas que querem conhecer e reduzir seu impacto ambiental ■. Um exemplo de empresa que investe em ganhos de imagem com responsabilidade ambiental é a fabricante alemã

de artigos esportivos Puma, que desde 2011 publica um relatório do impacto ambiental de toda a sua cadeia de produção (*mais na reportagem “Em busca de medições” à pág. 44*). A metodologia foi desenvolvida pela Trucost e outras consultorias.

Outro exemplo são os → “títulos verdes”, emitidos por empresas como GDF-Suez e Unilever, um mercado que tem crescido 60% ao ano. Segundo o banco HSBC, em 2013 foram lançados US\$ 11 bilhões nesses títulos e, no primeiro semestre de 2014, US\$ 18,3 bilhões.

Contrariando o senso comum de que a introdução de novos custos torna os produtos necessariamente mais caros, Mattison lembra que as externalidades negativas são quase sempre arcadas pelas sociedades. Isso significa que a incorporação desses custos à contabilidade tornaria, ao longo do tempo, os bens e serviços mais baratos, em vez de mais caros. “Pagariamos menos impostos, teríamos menos gastos com saúde e transporte. Se reduzirmos a destruição no futuro, deixaremos de pagar o que pagamos por haver inundações e secas”, argumenta.

Segundo Mattison, a transição para uma economia mais sustentável não se dará de

■ Para saber mais, acesse trucost.com.

■ Os chamados **green bonds** são projetados para captar recursos para projetos com baixa emissão de carbono

O QUE É UMA EXTERNALIDADE?

Externalidade é, originalmente, um conceito da teoria econômica. Reflete os efeitos das atividades de produção e consumo que não se apresentam diretamente no mercado. Fala-se em “externalidades de produção” quando as decisões de uma empresa são afetadas pelas de outra. Economistas gostam de citar como exemplo o caso de um apiário localizado ao lado de um pomar: ambas as empresas se beneficiam, porque as abelhas produzem mais mel, e as árvores são mais fecundadas. É uma externalidade positiva. Ao contrário, uma fábrica de cerveja tem de lidar com externalidades negativas se, rio acima, está localizada uma fábrica que polui: a água que lhe chegará será imprópria para um produto de qualidade. Carlos Eduardo Frickmann Young, professor da UFRJ, explica que a externalidade negativa é “socializada” entre aqueles que pouco ou nada contribuíram para gerá-la (*mais em Entrevista à pág. 16*).

Não é difícil perceber como, a rigor, as externalidades estão em toda parte: poderíamos dizer que o mundo inteiro é uma enorme rede de externalidades, sejam ambientais, sociais, de produção, sejam de consumo. Quando a economia se torna oligopolizada, produz-se uma externalidade negativa de cunho social: a desigualdade e, com ela, miséria e doenças. Quando as cidades se entopem de automóveis, por falta de meios públicos de transporte, surge uma externalidade negativa de cunho ambiental e bem conhecida: a poluição, que também produz doenças e diminui a qualidade de vida. Este último exemplo envolve também uma externalidade negativa social: os congestionamentos, que reduzem o tempo de lazer e aumentam o nível de estresse.

maneira suave e tranquila. Serão necessárias mais crises ambientais para que se torne evidente a urgência de internalizar as externalidades sociais e ambientais. Costanza faz o mesmo prognóstico.

O executivo diz compreender as críticas feitas por Monbiot, Barbara Unmüßig e outros, mas afirma que é preciso falar na mesma língua que os investidores e empresários. Os custos, ele diz, sempre existiram, mas nunca foram incorporados na avaliação de atividades econômicas, porque não havia maneira de introduzi-los na contabilidade.

O LADO LEGAL

Como demonstra a lentidão no avanço das iniciativas globais e governamentais, uma moldura institucional e legal é imprescindível para que a precificação das externalidades tenha efeito. Maurício de Moura Costa, sócio-fundador da Bolsa Verde do Rio de Janeiro, cita o caso brasileiro, com o Código Florestal e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), mas ressalva que essas leis ainda não estão plenamente regulamentadas.

“O papel das leis, nos mercados ambientais, é relacionado à formação da demanda”, explica Moura Costa. Com a instauração, pelo Código Florestal, de reservas legais que os proprietários rurais são obrigados a manter, estabelece-se um novo mercado, por meio do qual podem ser negociadas as Cotas de Reserva Ambiental → (CRA). Propriedades com reservas abaixo da cota podem escolher: ou recompõem a mata ou compram créditos excedentes de propriedades com floresta acima da cota. Estas últimas são remuneradas para manter sua mata de pé.

Já a PNRS trata de produtos e embalagens que, na falta de regulamentação, poderiam terminar em lixões e aterros. O trabalho dos catadores, que realizam cerca de 90% da → **logística reversa** no País, segundo Moura Costa, pode ser considerada uma externalidade positiva, um serviço ambiental.

A BVRio, explica o empresário, trabalha com créditos de logística reversa. Os catadores de lixo negociam o registro, em nota fiscal, de embalagens enviadas para reciclagem;

Um instrumento promissor do direito econômico é o *trust*

quem o compra são empresas que precisam cumprir as cotas do PNRS.

Outros instrumentos semelhantes estão em compasso de espera, segundo Moura Costa, citando a Política Nacional sobre Mudança do Clima, que prevê a criação de um mercado de carbono doméstico. Há ainda externalidades negativas para as quais não há marco legal ou mecanismos de mercado. O executivo cita a mobilidade urbana: “Em São Paulo, já existem cotas limitando o direito de se locomover em veículos particulares”, afirma. “A criação de um sistema de flexibilização dessas cotas criaria um mercado, trazendo mais eficiência ao sistema.”

Segundo Costanza, um instrumento de direito econômico muito promissor para tratar de externalidades ambientais, “administrando o ambiente como um ativo comum, em vez de serviço ou bem privado”, é a figura do *trust*. Ausente da matriz jurídica brasileira, o *trust* exige que o ativo em si (um investimento ou uma propriedade fundiária) seja mantido intacto, e somente seus rendimentos sejam usados.

“Podemos pensar na atmosfera como um ativo comum, que seria mantido em *trust* para a atual geração e as futuras”, explica o economista. “Com um *trust* atmosférico, aqueles que gastam o ativo são cobrados por esse gasto, por exemplo, com impostos sobre o carbono, mas aqueles que melhoram o ativo são pagos, por exemplo, com créditos de carbono.” Costanza ressalva que não se trata de um mercado comum, mas de um instrumento jurídico no nome de toda a comunidade global.

Se deixar de contar as externalidades é negligenciar os serviços ambientais fornecidos pelo planeta, os cálculos de Costanza, Mattison e outros mostram que o bolso onde dói essa negligência é o bolso da humanidade como um todo. ■■

Estudo da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) calculou que, sem o metrô, doenças respiratórias causariam um custo adicional de US\$ 18 bilhões a São Paulo. A pesquisa mediu a frequência em hospitais em dias de greve do metrô. Saiba mais em agencia.fapesp.br/15795

■ Títulos que representam um excedente de área de vegetação natural em relação ao exigido na lei

■ Consiste em retornar embalagens e outros resíduos ao setor produtivo, para reutilização ou descarte adequado



Razões para combater as desigualdades

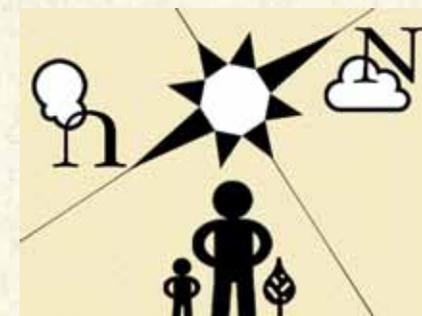
Uma distribuição mais igualitária de poderes tende a resultar em melhor qualidade ambiental. A renda *per capita* mais alta é insuficiente para reduzir externalidades negativas

O debate sobre a dinâmica da desigualdade social confunde-se com a própria história do pensamento econômico. O interesse no tema foi reacendido com a publicação de *O Capital no Século XXI*, de Thomas Piketty. O polêmico livro retoma a discussão sobre a concentração de riqueza e desigualdade, revisitando as ideias do economista Simon Kuznets, especialmente a relação que ficou conhecida como Curva de Kuznets (CK).

Kuznets influenciou o debate sobre crescimento econômico e desigualdade, sugerindo que a relação entre desigualdade e nível de renda *per capita* seria representada por uma curva em forma de “U” invertido: o crescimento econômico estaria associado a um aumento da desigualdade para níveis de renda mais baixa, mas o contrário seria verificado para sociedades de renda elevada ■.

Posteriormente, diversos autores extrapolaram a hipótese de Kuznets para a esfera ambiental, relacionando o nível de degradação ambiental com o nível de renda. Entretanto, da mesma forma que Piketty usa dados de diversos países para embasar a hipótese de que a concentração de renda volta a aumentar com o crescimento da renda *per capita*, especialistas encontraram evidências de que a relação entre as variáveis de degradação ambiental e o nível de renda seria mais bem representada por uma curva em formato de “N”, indicando que, para determinadas dimensões da qualidade ambiental, a degradação volta a crescer com elevados níveis de renda ■.

Justificativas para essa nova dinâmica da CK original incluem tanto a redução dos salários de trabalhadores pouco qualificados, para a qual a globalização teve papel primordial, quanto mudanças de padrão tecnológico, que contribuiriam



para a redução de postos de trabalho por meio da automatização, aumentando a diferença entre salários de trabalhadores qualificados e não qualificados.

Globalização e progresso tecnológico também são explicações possíveis para o formato em “N” da CK ambiental. Quanto maior a distância entre produtores e consumidores, menor é a percepção destes sobre as externalidades negativas geradas. Afinal, é necessário algum tempo de reflexão para listar os possíveis impactos gerados pela produção de um novo equipamento eletrônico produzido na China. Já um indivíduo que mora no mesmo município onde uma indústria química está instalada percebe facilmente os danos que ela pode causar, o que desencadearia mudanças em seu comportamento de consumo.

De fato, os resultados empíricos corroboram a diferenciação de impactos com relação a sua abrangência geográfica. O primeiro ponto de reversão da curva, isto é, a diminuição da degradação conforme aumenta a renda *per capita*, seria observado apenas para aqueles indicadores aos quais os indivíduos são mais sensíveis, ou seja, cujo impacto é local. O comércio internacional contribui, assim, para um descolamento entre os impactos da produção e sua influência sobre mudanças no padrão de comportamento dos consumidores.

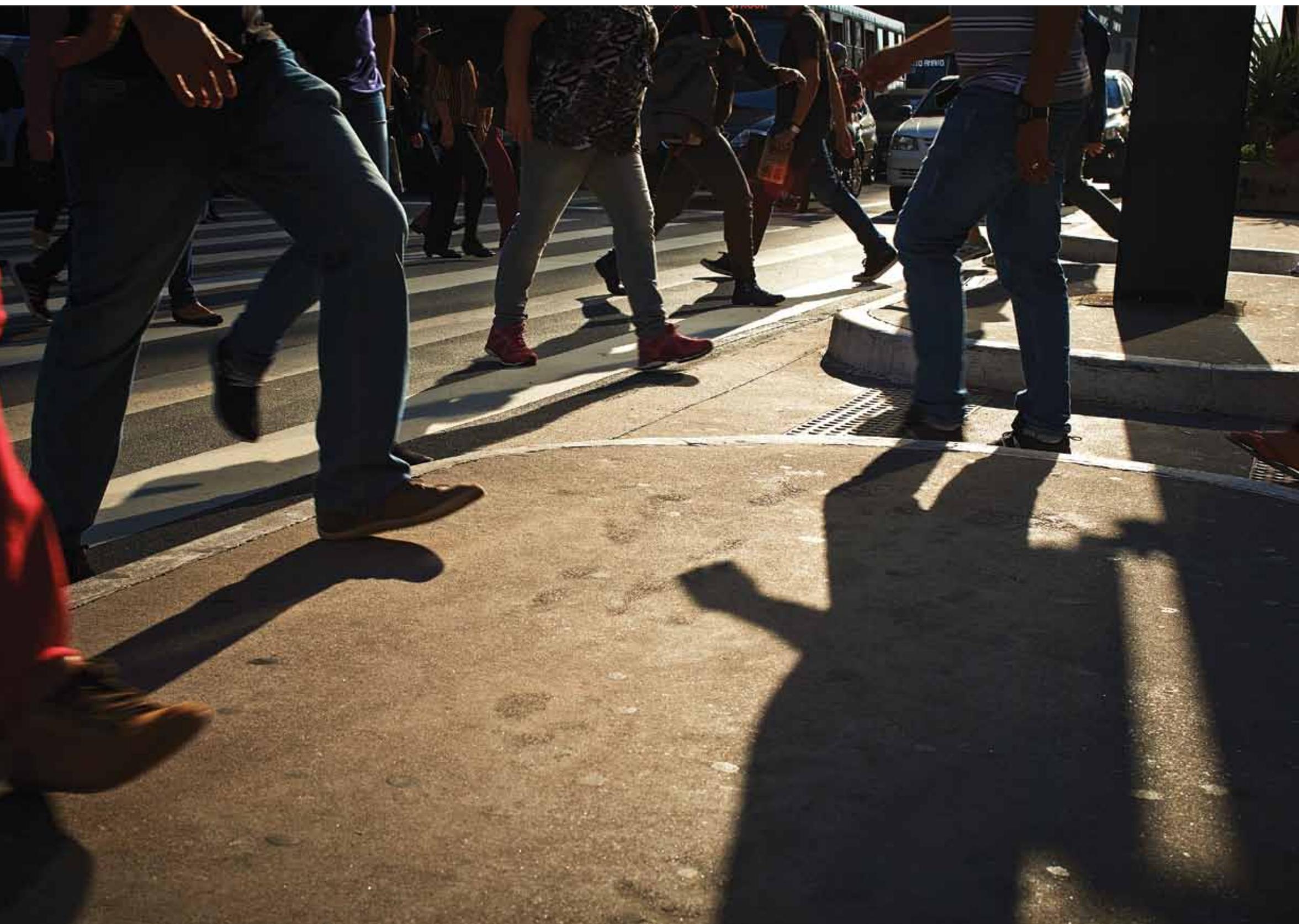
A tendência à desmaterialização – redução da energia e materiais necessários à geração de valor – suportada pelo avanço tecnológico, por sua vez, é acompanhada por um dilema que já foi batizado de paradoxo de Jevons e de efeito ricochete, pelo qual a economia gerada pela eficiência e os menores custos que proporciona acaba sendo usada na compra de outros serviços ou bens (mais em “Efeito Cilada”, edição 55). Ao dispormos de equipamentos mais eficientes, por exemplo, deixamos de poupar energia e recursos efetivamente, passando a consumir mais do mesmo bem e/ou de outros lançamentos de “última geração”.

Mais importante que estabelecer paralelos entre as possíveis explicações para as duas CKs é investigar elementos que podem exercer efeitos por trás de ambas. É fundamental explicitar que indicadores como nível de alfabetização, direitos políticos e liberdades civis, além da própria desigualdade de renda, são determinantes da degradação ambiental ■.

A ligação efetiva entre as duas curvas nos permite concluir que uma distribuição igualitária de poderes, mantidas constantes as demais variáveis, tende a resultar em melhor qualidade ambiental e que uma renda *per capita* mais elevada por si só não é suficiente para reduzir as externalidades negativas geradas como crescimento econômico.

De fato, o empoderamento dos cidadãos quanto aos bens ambientais e a conscientização sobre as consequências das externalidades podem ser elementos mais relevantes que o próprio progresso tecnológico não só para atingirmos menor desigualdade econômica e social, mas também para desenvolvermos as instituições necessárias à internalização das externalidades no sistema de preços da economia.

■ KUZNETS, S. “Economic growth and income inequality”. *The American Economic Review*, 1955. ■ Exemplo dessa relação foi encontrado para as quantidades de SO₂ e renda *per capita* por Gene Grossman e Alan Krueger, no artigo “Economic growth and the environment”. *The Quarterly Journal of Economics*, 1995. ■ TORRAS, M.; BOYCE, J. “Income, inequality and pollution: a reassessment of the environmental Kuznets Curve”. *Ecological Economics*, 1998.



Saindo das **sombras**

Acrescentar o custo das externalidades ao preço dos bens e serviços é solução para conter a exploração dos recursos naturais e promover a equidade social. Ou não?

POR **MAGALI CABRAL**
FOTO **BRUNO BERNARDI**

➤ O livro em português deverá ser lançado no Brasil pela Editora Intrínseca em novembro

No meio econômico, o professor da Escola de Economia de Paris, → **Thomas Piketty**, com o seu *O Capital no Século XXI*, jogou luz sobre os mecanismos financeiros globais e seus processos de apropriação, descortinando as responsabilidades pelo aumento da desigualdade no mundo. Ou seriam desigualdades, no plural? No meio ecológico, sim. Afinal, os menos aquinhoados na distribuição da renda também são os que mais “pagam” pelas externalidades negativas ambientais. Eventos decorrentes do aquecimento global, como inundações, seca, avanço dos oceanos, furacões, entre outros, vão desabrigar, ferir e até matar, sobretudo, aqueles que não tiverem condições materiais para se adaptar a tais fenômenos (*mais em “Perdas e danos” à pág. 41*). Nesse caso, é urgente não só distribuir melhor a renda, mas conter a degradação do meio ambiente. Como?

Precificar todas as externalidades e incorporar este custo no valor final dos bens e serviços é, para muitos, o caminho mais viável por ser compatível com a lógica capitalista. De qualquer modo, a sociedade já é indistintamente cobrada ao ter de enfrentar, por exemplo, congestionamentos diários, mesmo aqueles que são usuários do transporte público. Ou falta de água, mesmo aqueles que são usuários comedidos e conscientes.

Mais justo seria cobrar apenas de quem contribui para agravar o problema. Como também geram impactos negativos, os pobres não seriam de novo os mais penalizados? De onde tirar dinheiro para pagar mais por possuir e usar um automóvel, ou para tomar um banho mais demorado? Ninguém afirma que a internalização das externalidades no custo das coisas é 100% justa. Aliás, fortes argumentações contrárias não faltam.

Bem antes de o livro de Piketty chegar às livrarias e se tornar → **best-seller**, economistas como a pesquisadora e palestrante Kate Raworth já incluíam o tema do combate à desigualdade nos debates sobre as mudanças climáticas e os limites planetários. Uma das suas mensagens do relatório *Podemos viver dentro de um donut?*, apresentado em 2012 pela → **rede Oxfam**, durante a Rio+20, dizia que

a riqueza extrema é algo tão crítico quanto a pobreza extrema.

Na época, a pesquisadora falava que o grande desafio para combater essa desigualdade era a criação de um sistema de governança para fronteiras planetárias e sociais em nível internacional. Passados dois anos, continua tudo na mesma. “Os processos de apropriação de renda por meio dos grandes mecanismos financeiros mantêm-se em fluxo planetário, e não há um sistema de governança equivalente”, comenta o economista, professor da pós-graduação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Ladislau Dowbor.

PREÇO MENTIROSO

À primeira vista, somar ao preço dos bens e serviços o respectivo custo das externalidades ambientais negativas – o que se chama de precificar ou internalizar as externalidades – provocaria ainda mais desigualdade de renda. Só que não.

Por exemplo, para o preço de um hambúrguer ser mais realista precisaria embutir os gastos com tratamentos de obesidade e doenças crônicas provocadas pela carne vermelha, os custos da destinação dos resíduos gerados, o valor da água usada na produção desde a irrigação dos grãos que alimentaram o gado até a produção das embalagens, a perda de biodiversidade com a derrubada de florestas para implantação de pastagens, a contaminação por agrotóxicos etc.

O colunista do jornal *The New York Times*, Mark Bittman, no artigo “The true cost of a burger” ➤ apresenta algumas contas e conclui: contando-se apenas as externalidades negativas mais fáceis de calcular, o preço de um hambúrguer, que nos Estados Unidos está custando em média US\$ 4,49, deveria subir entre 68 centavos de dólar e US\$ 2,90.

Mesmo que dobre de preço, os mais ricos continuarão comendo hambúrguer e permanecerão ricos. Aos mais pobres, porém, o lanche parecerá mais “indigesto”. A tendência, portanto, é a procura por *fast food* diminuir, o que, em última análise, pode ser muito bom para a saúde dos ex-consumidores e do planeta. Para recuperar a competitividade,

Internalizar externalidades aumenta os preços, atingindo os pobres, mas ao fim promove equidade

toda a cadeia ligada ao negócio – desde agropecuária, indústrias de alimentação, varejo, fornecedores –, em tese, teria de fazer valer os princípios da sustentabilidade. Sem tantas externalidades negativas, o preço do hambúrguer aos poucos se aproximaria novamente dos US\$ 4,49. Se essa lógica funcionar de fato, significa que o sistema econômico, tido como o grande vilão do meio ambiente, é capaz de gerar externalidade positiva por meio da monetização de itens intangíveis.

“A internalização das externalidades negativas no sistema de preços, de fato, atinge os mais pobres por estrutura de custo, mas a melhoria da qualidade ambiental que se espera obter com a medida leva a uma equidade positiva”, atesta o professor de Economia do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Ronaldo Serôa da Motta. Segundo seu raciocínio, quanto maior a renda, maior o consumo de água, energia, turismo, combustíveis etc. Ou seja, quem tem mais renda tende a consumir mais de tudo.

Assim, grande parte da geração de receita, seja com os aumentos dos preços, seja com a cobrança de tributos ambientais, vai se originar das pessoas com nível de renda mais alto. No entendimento de Serôa da Motta, isso permite uma reciclagem dos recursos com o objetivo de amenizar, reverter ou anular os efeitos de aumento da desigualdade.

Externalidade é tudo aquilo que produz algum impacto negativo ou positivo sobre alguém e que não entra no sistema de preços. O sociólogo Ricardo Abramovay, professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da Universidade de São Paulo, usa a definição de externalidades para mostrar como o regime de preço atual é mentiroso. “Temos de praticar preços realistas quanto ao custo que os produtos e serviços im-

põem à sociedade e aos ecossistemas”, defende. Para ilustrar, cita o caso das embalagens não retornáveis de bebida. Quando a indústria eliminou da vida social o custo de levar garrafas vazias ao depósito para trocar pelas cheias, não incorporou no preço das cervejas e dos refrigerantes o enorme gasto com energia em reciclagens de vidro, latas e PETs.

Hoje também se comemora o preço mais popular do salmão. “Mas quem vai arcar com o prejuízo que as produções ultraconcentradas de pescados estão provocando aos ecossistemas?”, questiona Abramovay.

Carlos Eduardo Frickmann Young, professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UERJ), entrevistado desta edição (*leia à pág. 16*), tem uma boa resposta: “O passivo ambiental de hoje é o passivo do Estado amanhã”. Ele atribui a autoria da frase ao colega

Carlos Mussi, especialista em economia do setor público e diretor do escritório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) no Brasil. “Mussi quis dizer que, ao permitir um problema ambiental, estamos criando um problema para as contas públicas, que ao final serão pagas por toda a sociedade”, afirma.

A ocupação do espaço urbano, segundo Young, é outra esfera que sintetiza bem o problema dos “custos *a posteriori*”. Todos sabem que melhor seria impedir a construção nas encostas dos morros, dadas as chances de desmoronamentos, mas, por razões socioeconômicas, as ocupações inadequadas persistem. No entanto, o custo de remoção dos moradores em situação de risco é muito mais alto do que impedir a ocupação. Por isso, em sua opinião, para avançar na questão ambiental, o País tem de avançar simultaneamente na questão fiscal, impondo tributações ambientais e precificando as externalidades negativas.

Os Estados Unidos acabam de criar um órgão de governo – U.S. Social and Behavioral Sciences Team – para fazer experimentos de economia comportamental com políticas públicas. A ideia é documentar e comparar os impactos entre os vários modelos de políticas públicas.

➤ A edição em inglês ficou vários dias em primeiro lugar na lista dos mais vendidos da Amazon

➤ Confederação internacional de 17 organizações que atuam em rede em 94 países – visando construir um futuro livre da injustiça e da pobreza

➤ Leia a entrevista completa em bit.ly/1kWDZjB. ➤ Acesse o artigo em nyti.ms/1vhrqDx.

Para o jornalista George Monbiot, a ideia de que a natureza é negociável pode ser desastrosa

Outro fenômeno que permite associar externalidades negativas ambientais às desigualdades é o do aquecimento da temperatura média do planeta decorrente da mudança climática. Por exigir uma solução global, o professor do Departamento de Economia da PUC-RJ Sergio Besserman crê que, entre todos, esse é o problema mais grave.

“A mudança climática ainda trará prejuízos gigantescos, em dinheiro, sofrimento, perda de vidas. Esse custo se abaterá principalmente sobre as populações pobres do planeta”, enfatiza. Aproveitar toda a engrenagem do mercado para enfrentar a mudança climática parece bem mais complicado do que calcular as externalidades negativas não computadas no preço de um hambúrguer.

Besserman explica que o mercado se orienta pelo sinal que os preços dão, e os preços hoje não incluem emissões de gases de efeito estufa. “O direito de emitir CO₂ é público e é de graça.” Segundo ele, o mercado só trabalhará a favor de uma solução se, no preço de tudo, e não apenas de energia e transporte, estiver embutido um custo pelas emissões.

E esse movimento tem de ser global. Caso contrário, um país que introduzir barreiras para emissões perderá competitividade em relação aos que não se mexerem. “Se a Califórnia proíbe a produção de algum bem poluente, e a Tailândia continua produzindo esse mesmo bem, a única coisa que acontece é a queda do nível de emprego na Califórnia”, afirma. “O planeta continuará esquentando do mesmo jeito.”

SOLUÇÃO NEOLIBERAL?

Nem todo mundo crê em uma solução de mercado para a conservação da natureza e equidade social. O jornalista e escritor inglês George Monbiot diz no artigo “The pricing of everything”, publicado em seu blog [E](#) e em sua coluna semanal no jornal *The Guardian*, que, embora a agenda do chamado “capital natural” pareça uma resposta à crise ambiental,

é na verdade uma ilusão. Para Monbiot, o colapso moral e ideológico do sistema capitalista neoliberal, retratado por Piketty, torna o momento propício para se inventar teorias e mecanismos de precificação, sob o argumento de que é possível salvar a natureza da degradação. “Depois de tanto mal causado à natureza, o sistema capitalista neoliberal apresenta a solução que salvará o mundo natural”, ironiza.

Entre vários exemplos concretos de como a introdução de mecanismos de mercado pode acabar provocando mais externalidades negativas ambientais, o jornalista cita um caso que se passa nos arredores da cidade inglesa de Sheffield, onde uma floresta, a Smithy Wood, é cortada por uma rodovia. Devido à política de compensação ambiental, um grupo empresarial tenta construir um posto de serviços à beira da estrada. Para isso, propõe derrubar parte da floresta e fazer a compensação ambiental com plantio de algumas dezenas de milhares de mudas em outra região.

Para Monbiot, essa é uma consequência desastrosa que nasce da ideia de que a natureza é negociável. “Uma demanda como a de Smithy Wood seria impensável se não existisse o sistema de compensações ambientais.”

Barbara Unmüßig, ambientalista alemã, presidente da Fundação Heinrich Böll, encontra-se no rol dos críticos da monetização. No estudo *Monetizing Nature: taking precaution on a slipperyslope* (em tradução livre, o título quer dizer que monetizar a natureza é como andar em uma ladeira escorregadia, exige precaução), ela diz que o argumento de que razões econômicas produziriam uma vontade política de impedir a destruição da natureza ou de facilitar a sua reabilitação não é necessariamente verdade.

Em sua opinião, se a diferença entre valorização e mercantilização é clara na teoria, na prática é turva. Isto é, avaliações por si

[E](#) Leia o artigo em bit.ly/1AeYT15.

só podem não implicar riscos à natureza. No entanto, a precificação muda a forma como vemos e nos relacionamos com a natureza e pode abrir o caminho para a privatização dos serviços ecossistêmicos. “Temos de abordar a monetização da natureza com grande cautela e não permitir o enfraquecimento do princípio da precaução”, adverte.

VIA DO MEIO

O ponto de vista da Prêmio Nobel de Economia de 2009, Elinor Ostrom, laureada por suas contribuições sobre as formas como as decisões são tomadas fora dos mercados, é o de que não se deve buscar uma solução privada para os recursos naturais. Segundo relato de [→ Guilherme Lichand](#), doutorando em Economia Política e Governo na Universidade de Harvard, a pesquisa da cientista política Elinor Ostrom documentou que em vários casos, em particular para os pescadores de lagostas no Maine (EUA), os indivíduos inicialmente não consideram a externalidade em sua atividade. Ou seja, não acreditam que o recurso que retiram da natureza pertence ao conjunto da vizinhança e não só a ele, um conflito conhecido em Economia como “a tragédia dos comuns”, envolvendo interesses individuais e o bem comum.

Uma solução seria aumentar o preço e compensar a comunidade pelas lagostas a

menos no mar. Mas, ao fazer isso, o pescador monetiza também a sua culpa pela pesca, e o tiro pode sair pela culatra. “Pagamentos muitas vezes legitimam a exploração econômica do recurso”, explica Lichand.

Elinor concluiu que uma gestão mista, parte pública e parte privada, com regras formais e informais, seria mais eficiente para a comunidade do Maine atingida pela externalidade provocada pela pesca. O preço internaliza uma parte da externalidade, e a gestão pública impede que a exploração econômica desvinculada dos outros valores não incorporados no preço se legitime.

“Preço não é valor, é uma interação entre oferta e demanda que traduz a escassez relativa”, explica o doutorando de Harvard. “Se as pessoas estiverem preocupadas com valor, e não apenas com escassez relativa, o preço nunca traduzirá tudo o que uma lagosta dentro do mar vale para uma comunidade.”

Apesar das incertezas sobre o melhor caminho para diminuir o ritmo das externalidades ambientais e de seus impactos no aumento da desigualdade, a riqueza dos debates sobre o tema é um sinal de que pelo menos as cortinas já se abriram para o problema.

[E](#) Leia mais sobre mecanismos de precificação de bens sem valor de mercado na versão digital desta reportagem em fgv.br/ces/pagina22.

[E](#) Sócio da M-Gov Brasil, consultoria em gestão de políticas públicas

DESIGUALDADE AO EXTREMO

Perdas e danos

Para os países-ilhas, não há para onde correr. O custo da mudança climática causada pelas nações mais ricas é o seu desaparecimento

POR FLAVIA PARDINI

Quando se fala em capital natural e externalidades ambientais, a implicação em geral é de que se deve incluí-los nos preços, nos balanços, na contabilidade de empresas e países. Mas, e se o custo de externalidades como o aquecimento global for pura e simplesmente o desaparecimento de empresas e até de países da face da Terra?

Assim é para países estabelecidos em pequenas ilhas e suas populações.

Não é de hoje que, a cada reunião internacional sobre mudança climática, se ouve os países-ilhas repetirem a reivindicação de que o resto do mundo leve a sério as consequências ambientais de suas atividades econômicas. Não basta incluir no balanço,

A Organização Internacional de Migração prevê 200 milhões de refugiados climáticos até 2050

dizem, há de agir para não depauperar o tal capital natural e compensar os que sofrem os piores efeitos do novo regime climático.

Súplicas de nações pequenas e pouco desenvolvidas, assim como as de cidadãos pobres, caem em ouvidos moucos. E os piores efeitos da mudança climática vão se fazendo sentir em países como Tuvalu, Maldivas, Ilhas Marshall, Kiribati.

Este último, um arquipélago localizado a meio caminho entre o Havai e a Austrália, na região central do Oceano Pacífico, optou por uma ação mais drástica, já que controlar suas mínguas emissões de carbono de pouco adianta em face do gigantismo das emissões de Estados Unidos ou China.

O país recentemente finalizou a aquisição de 20 quilômetros quadrados na ilha de Fiji para que sua população – cerca de 100 mil pessoas – tenha para onde ir quando a situação em Kiribati, que sobrevive de agricultura e pesca, ficar insuportável.

Há estimativas de que o nível do mar nos oceanos Índico e Pacífico esteja subindo mais do que em outras partes, o que poderia deixar Kiribati e outras ilhas debaixo d'água em questão de anos. Aí o custo da externalidade ambiental passará a ter uma face bem concreta nos países ricos, com refugiados climáticos batendo à sua porta. A Organização Internacional de Migração prevê que haverá cerca de 200 milhões deles até 2050.

A batalha legal já começou. Depois de recusar o caso de um pescador de Kiribati que pediu asilo alegando sofrer “perseguição passiva” em função da mudança climática, a Nova Zelândia concedeu em junho residência a uma família da ilha de Tuvalu que, entre outros argumentos, se disse ameaçada pela mudança do clima em seu país natal.

Embora pobres, os pequenos países-ilha estão organizados para pressionar por ação quanto à mudança climática. A Aliança dos

Pequenos Estados Insulares reúne 44 países que enfrentam os mesmos desafios de desenvolvimento e compartilham as preocupações quanto ao meio ambiente.

Suas populações, somadas, representam 5% da população de todo o mundo. As emissões de gases de efeito estufa, combinadas, rondam em torno de 1,5% das emissões globais e muitas ilhas têm ambiciosos compromissos de redução e metas para adoção de energias renováveis.

Sua vulnerabilidade é extrema não só diante da subida do nível do mar, mas por serem pequenos, isolados, com recursos naturais limitados, dependentes de poucos setores econômicos e de importações. Supertufões como o Haiyan, que devastou as Filipinas e outras ilhas em 2013, são um doloroso lembrete da exposição dos países-ilhas: não há para onde correr.

Não é surpresa que os países-ilhas insistam em bater na tecla da “equidade” no âmbito das negociações internacionais sobre mudança climática. Enquanto o mundo ainda discute quanto e como cortar emissões, para essas pequenas nações a questão deixou de ser o risco e passou a ser a gestão do prejuízo.

No ano passado, na COP-19, em Varsóvia, os países-ilhas conseguiram incluir na agenda das negociações um mecanismo para lidar com “perdas e danos” e oferecer ajuda aos mais vulneráveis. O novo mecanismo pode ser visto como o reconhecimento de que muitos países já passaram da fase de adaptação, mas as nações mais ricas não querem ouvir falar em atribuir responsabilidades, muito menos em compensação.

Para os países-ilha, trata-se de saber quem vai arcar com os custos da maior externalidade da história da humanidade. Por enquanto, parece que eles continuarão pagando não só do próprio bolso, mas com a própria sobrevivência. **zz**



Vote em Preconceito

O candidato que vai deixar o Brasil do jeito que está, e a sua vida mais confortável, por manter você pensando da mesma forma que antes

Nas próximas eleições, vote em Caio Preconceito, o candidato igual a tudo o que você já viu. Preconceito vai atacar de vez este que é o maior problema da sociedade: os outros. No trânsito, na empresa, no meio do caminho, os outros estão lá sempre fazendo besteira. São eles que estacionam em local proibido, jogam lixo na rua, chegam atrasados às reuniões, usam caixa 2. Por mais que a gente explique, os outros não entendem nada.

Preconceito é afeito a receitas para resolver as questões – e por isso seu plano de governo tem mais chances de dar certo. Para ele, as pessoas são sempre iguais. Aqueles esquerdistas, todos iguais. Aqueles burgueses, todos iguais. Para economizar tempo, Preconceito vai traçar um mapa para definir o perfil de cada grupo na sociedade, mas para todos terá uma resposta só. É que respostas variadas dão mais trabalho.

O vice na chapa do candidato para as próximas eleições é Undoslados. Preconceito tem tanta confiança no companheiro que cada decisão da campanha é tomada após ouvir apenas Undoslados. A dupla tem uma história de luta contra os outros, esses opressores. Por isso não debate com mais ninguém sobre suas avançadas ideias de governo. Preconceito não debate, dita.

São ideias para combater velhos problemas. Para Preconceito, os problemas são sempre velhos e os mesmos, pois têm raiz na estrutura arcaica da sociedade. O candidato é assim, não dá um passo sem tropeçar em um clichê. Pesquisa ditos populares, guarda coleção de frases feitas e tem expressões de efeito na ponta da língua. Desse jeito, quem precisa de um marqueteiro pra campanha?

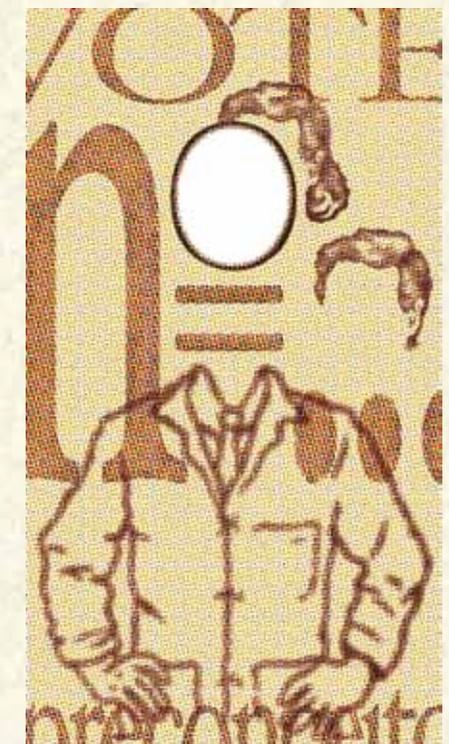
A verdade é que os outros não tiveram as mesmas oportunidades que Preconceito teve. Brasileiro é tudo farinha do mesmo saco. Preconceito teve esco-

la, curso de inglês, intercâmbio, vodka na balada, cigarro de maconha, rock in rio, carro do papai, empregada doméstica. “Ainda que eu não tivesse tido nada disso, eu seria o mesmo Preconceito”, respondeu a um adversário da política no último discurso.

Uma das maiores virtudes do candidato é a intuição apurada. Em qualquer conversa, não precisa esperar o interlocutor falar para adivinhar o que ele está pensando. Preconceito conhece as pessoas de antemão. Está atento aos rótulos. Basta olhar nos olhos dos outros, ou nem isso, e sabe que se trata de um bandido, um vendedor de laranjas, um adestrador de cães ou uma empresária.

Nas próximas eleições, vote em Preconceito, o candidato que vai deixar o Brasil do jeito que está, e a sua vida mais confortável, por manter você pensando da mesma forma como pensava antes.

Preconceito não questiona. Afirma, atira tomates, ovos, bananas. Ficou fa-



moso nas redes sociais. Há gente que acha que Preconceito está disputando uma vaga nas eleições de um país europeu. Nada disso, está concorrendo aqui do nosso lado, com seus discursos prontos. É o candidato da família, porque suas ideias atravessam gerações. Começam na cabeça do avô e se espalham na boca do neto.

É o candidato dos solteiros, que usam suas ideias para fazer bonito na frente das garotas. Dos revolucionários que desejam derrubar governos aos situacionistas que planejam manter o *status quo*.

Preconceito une. É do povo e das elites, vai trazer a verdade à tona. O problema do mundo são as mentiras, o revisionismo histórico. É mais do que hora de mostrar a verdade, custe o que custar. Mostrar com publicidade, *stand-up comedy*, o depoimento dos vivos, o sangue dos mortos. A história de Preconceito dá um livro, uma bíblia, uma trilogia escrita por um ateu. Que tal a *Biografia do Preconceito*, para fortalecer a sua reputação entre os eleitores?

Precisamos de um líder que nos conduza rumo a uma nova sociedade, a nossa tão sonhada sociedade. Um messias que já veio, ainda não veio, está entre nós ou nunca virá. Precisamos, não conseguiremos por nós mesmos, pois estamos sem tempo, muito ocupados justificando as nossas incapacidades.

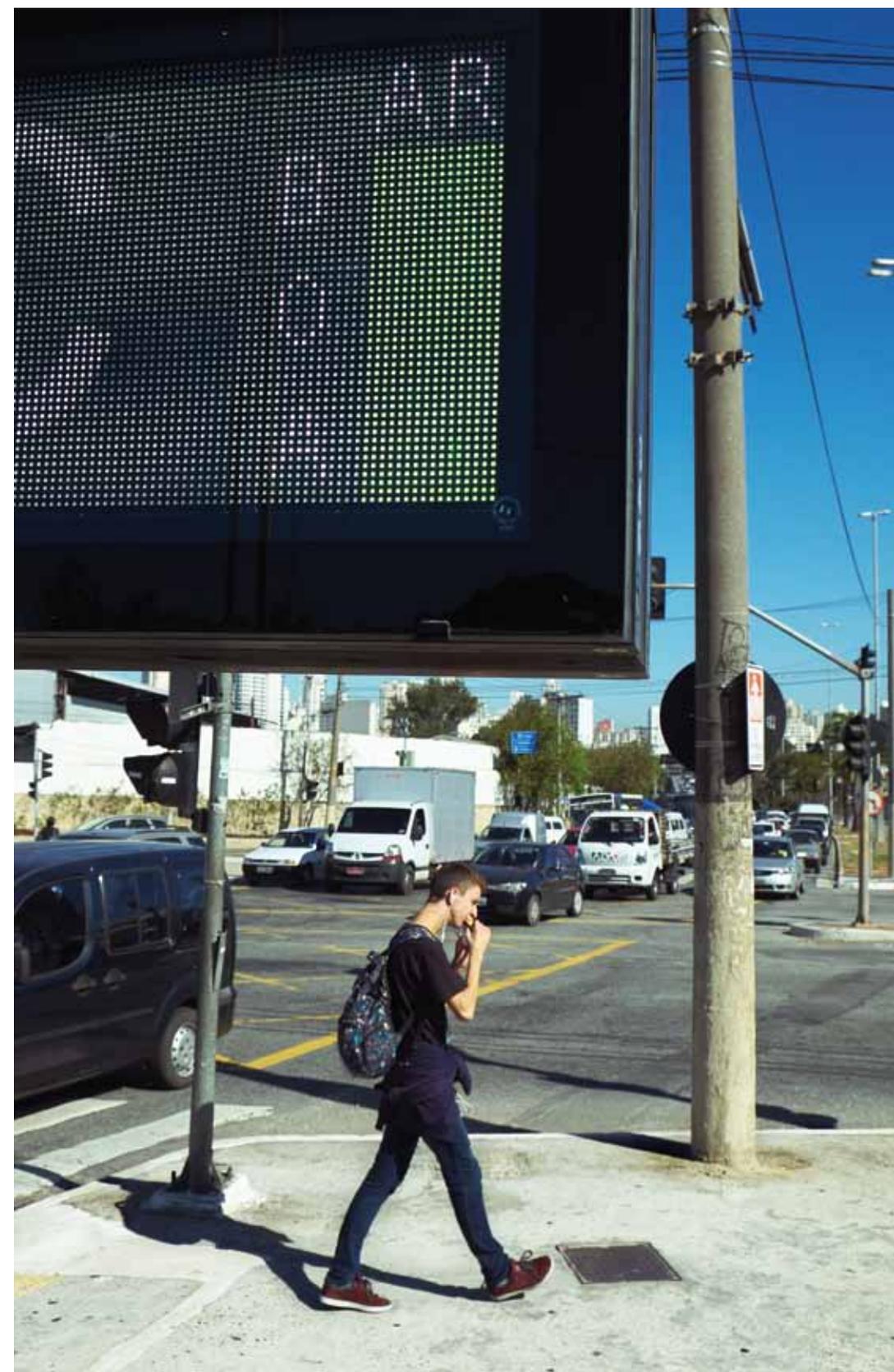
Vimos a público com as nossas caras de bobo pedir o seu voto. As caras de quem ignora as pessoas em uma roda de conversa para enviar e-mails, digitar no Whatsapp e atirar pedras via Facebook. Agora que não sobrou nada do ser humano genuíno, nem raiva, nem bondade, nem atenção, nem solidariedade, nem traição, nem pessimismo, nem otimismo. Agora que somos apenas um conjunto binário em uma tela brilhante, Preconceito vai nos levar de volta à aldeia. Deixar todo mundo cara a cara para restaurar a nossa humanidade.

Avançando nas **medições**

Com objetivo de reduzir riscos e garantir a sobrevivência do negócio a longo prazo, empresas adotam métricas para aferir o valor econômico de recursos naturais e o grau de dependência dos bens e serviços prestados pela natureza

POR SÉRGIO ADEODATO FOTO BRUNO BERNARDI

Para alguns, o ponto central está na regulação do clima e uso de biomassa combustível. Para outros, no controle da erosão, na qualidade da água e até no potencial de recreação e turismo em áreas naturais. Quem estava naquela manhã ensolarada de inverno no salão nobre do prédio da Fundação Getulio Vargas (FGV), em São Paulo, sabia que o momento era de busca por algo novo que está na fronteira do conhecimento e tem potencial de mudar a contabilidade das corporações e o modo de tomar decisões, em horizonte de tempo não muito distante. No encontro, debruçados sobre planilhas, profissionais de sustentabilidade de empresas atentas ao futuro de suas operações diante da degradação dos recursos do planeta tinham um objetivo comum: avançar na construção de um modelo capaz de medir em cifrões e reportar ao mercado o custo de impactos socioambientais e da dependência do negócio em relação aos serviços prestados pela natureza.



➤ **Provisão de água; provisão de biomassa combustível; regulação da qualidade do recurso hídrico; assimilação de efluentes líquidos; clima global (desmatamento e recuperação florestal); polinização; erosão do solo; vazão de cursos d'água (prevenção de enchentes); além de recreação e turismo (grupo dos serviços ecossistêmicos culturais)**

O grupo integra a iniciativa Tendências em Serviços Ecossistêmicos (TeSE), mantida desde o ano passado pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces), da FGV-Eaesp, reunindo hoje 20 empresas que estão na linha de frente no processo de romper barreiras culturais e enxergar o custo das externalidades como fator estratégico, na perspectiva de um mundo com graves dilemas sociais e recursos naturais cada vez mais escassos e caros. “Queremos medir o valor das fontes hídricas para a empresa, considerando os riscos associados a outros usuários abastecidos por elas”, revela Maira Almeida, da gerência de projetos corporativos da AES Brasil.

“A demanda por um mecanismo de valoração econômica mais quantitativa, inclusive em termos monetários, partiu das próprias empresas, porque é útil à gestão interna e subsidia a decisão de novos investimentos”, afirma Renato Armelin, coordenador da TeSE. Com apoio da academia, as empresas calibram a nova ferramenta, a partir de projetos piloto, com propósito de chegar a um cálculo simples, acessível e replicável. A iniciativa permite comparar valores ao longo do tempo para adoção de melhorias contínuas e comunicá-los de forma clara e objetiva.

A metodologia abrange ➔ **nove serviços ecossistêmicos**, considerando três aspectos: o uso de recursos naturais pela empresa, os impactos decorrentes das variações em quantidade ou qualidade do serviço ecossistêmico e as externalidades, ou seja, os efeitos causados a terceiros e à sociedade em geral. A lógica muitas vezes é a do “custo evitado”, com base, por exemplo, no investimento necessário para prevenir impactos ou repor perdas causadas a terceiros. “O foco é estimar o custo da prevenção ou do impacto potencial, subsidiando decisões para que danos não ocorram”, explica Armelin, com uma ressalva: “Isso não

implica que os valores econômicos da reparação, relativos a passivos ambientais ou ao conserto de impactos já ocorridos, sejam subestimados ou descartados pelas empresas”.

No caso de grandes obras, a construção civil demanda expressiva quantidade de insumos naturais (água, brita, areia, madeira etc.) que não se renovam no ritmo do consumo e, em razão disso, deverão ficar mais caros. “Hoje só arcamos com o custo da extração e não do recurso em si”, diz Ricardo Sampaio, coordenador de meio ambiente da Camargo Corrêa, ao lembrar que no futuro “pagaremos o valor referente ao ‘trabalho’ da natureza para produzi-lo”. Em sua análise, o primeiro passo é buscar conhecimento para chegar a algo consistente e conscientizar o alto escalão. “Não adianta ficar só no drama”, enfatiza Sampaio.

A construtora começou a testar a valoração neste ano na obra de uma refinaria em Ipojuca (PE), região onde há problema de escassez de água, e o lançamento de efluentes é proibido. O objetivo é calcular o valor monetário do recurso hídrico nessas condições, chegando a um número próximo ao que vigorará no futuro, superior aos custos atuais, restritos à captação no rio e tratamento. Os dados subsidiarão iniciativas de inovação para uso de materiais que demandam menos recursos naturais. “Até 2017, a contabilidade dos serviços ecossistêmicos deverão compor o capital da empresa”, informa Sampaio.

“Sem valor de mercado, os benefícios naturais são negligenciados ou subvalorizados”, completa Denise Alves, diretora de sustentabilidade da Natura. Para uma gestão sustentável de longo prazo, a empresa reconhece a relação de dependência e os impactos sobre recursos do planeta, tanto na provisão de água para a produção de cosméticos como no uso de recursos genéticos. Como integrante da TeSE, a Natura tem como objetivo demonstrar o va-

O valor ambiental total fornecido pelo sistema agroflorestal é superior ao triplo do obtido pela monocultura, concluiu o Relatório Teeb

lor ambiental da produção nas comunidades que fornecem insumos da biodiversidade.

Nos últimos anos, a Natura se engajou em diferentes plataformas internacionais de valoração de impactos socioambientais. Uma delas foi a The Economics of Ecosystem and Biodiversity ➔ (Teeb) para o setor de negócios, cuja metodologia foi aplicada na busca de alternativas mais sustentáveis para a produção do óleo de palma (dendê) na Amazônia.

O resultado foi divulgado em março deste ano: o valor ambiental total fornecido pelo sistema agroflorestal é superior ao triplo do obtido pela monocultura – R\$ 410 mil por hectare, comparados com R\$ 122 mil por hectare, durante a vida útil de 25 anos da plantação. Isso ocorre porque o cultivo consorciado com a floresta oferece mais serviços ecossis-

têmicos (provisão de alimentos, água e madeira; regulação do clima global e fertilidade do solo) e tem impactos ambientais mais baixos (emissões de gases de efeito estufa pelo uso de combustível e fertilizante).

A Natura participou da primeira fase da Parceria Empresarial pelos Serviços Ecossistêmicos (Pese), destinada a identificar riscos e oportunidades em relação ao uso de recursos naturais, com ênfase qualitativa, com base no modelo desenvolvido no mundo pelo World Resources Institute (WRI).

“Não há dados suficientes para a monetização da natureza e, diante da urgência socioambiental, não podemos aguardá-los para só depois agir”, argumenta Fernanda Gimenes, coordenadora da assessoria técnica do Conselho Empresarial Brasileiro para

➤ **O primeiro e mais completo estudo global sobre os cursos econômicos da perda da biodiversidade e da degradação dos ecossistemas. No Brasil, foi desenvolvida uma versão específica para o setor de negócios, sob coordenação da Conservação Internacional**

CIDADES MEDEM A “PEGADA”

A cidade de São Paulo tem aproximadamente 1,5 mil quilômetros quadrados de área. Mas necessitaria de pelo menos 600 mil para suprir o atual consumo da população e garantir a reposição dos recursos pela natureza. A constatação é do estudo de “pegada ecológica” realizado pelo WWF Brasil em municípios brasileiros como auxílio à conscientização popular, ao planejamento urbano e a políticas públicas para redução de impactos ambientais.

O método, desenvolvido mundialmente pelo Global Footprint Network (GFN), cruzou números do IBGE sobre consumo familiar com dados sobre área construída, pesca, fibras, pastagens, energia, transporte e outros segmentos mais associados ao uso de recursos naturais e emissões de carbono. “A lógica é transmitir a dimensão da escassez e o conceito de limite planetário”, explica Michael Becker, superintendente de conservação da ONG.

Em Campo Grande (MS), onde é forte o agronegócio, o consumo de carne e outros gêneros alimentícios teve um peso significativo na conta. Como desdobramento da pesquisa, foi criado na cidade um grupo gestor para articular medidas que reduzam a pegada. Entre as prioridades, além da pecuária orgânica, está o estímulo à produção local de hortifrutigranjeiros. Hoje grande parte desses produtos consumidos na capital sul-mato-grossense chega de São Paulo e por isso está associada à maior emissão de carbono no transporte.

Para a PwC, o mundo da contabilidade já entende a valoração socioambiental como uma necessidade, mas é preciso padronizar a régua

É a apropriação de atributos de sustentabilidade sem que eles existam, com ênfase no marketing, objetivando criar uma imagem positiva para empresas e produtos

o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). A instituição conduz hoje a segunda etapa de aplicação da ferramenta, voltada para a tomada de decisão, com participação de Petrobras, Basf, Votorantim e Vale. A mineradora avaliou 13 sistemas de mensuração de custos socioambientais existentes no mundo, com objetivo de mapear riscos e desenvolver estratégias de uso sustentável. Em paralelo, a companhia utiliza uma métrica que caracteriza passivos ambientais, e os recursos financeiros para remediação do problema são expressos nos demonstrativos contábeis.

CENÁRIO DE RESPONSABILIDADES

Mais que isso, empresas começam a asimilar a tendência de passivos “morais” se transformarem em “legais”, à medida que a sociedade evolui e novos elementos são vistos como inaceitáveis. O estudo *The Changing Landscape of Liability*, divulgado globalmente pela Swiss Re, mostra que o tema gera reflexos no mundo dos seguros: “O cenário das responsabilidades – e, portanto, dos riscos para as empresas e para os acionistas – está mudando rapidamente”.

“Como o conhecimento é de ponta, a estratégia mais segura é participar de iniciativas na academia, juntamente com vários setores empresariais”, pondera Marcelo Galo, gerente de meio ambiente da unidade de níquel, nióbio e fosfatos da Anglo American, em Barro Alto (GO). O objetivo atual é a mensuração econômica do desmatamento evitado e emissões de carbono por meio de plantio de florestas para fins energéticos na região. “Não adianta vender o peixe para a alta direção da companhia sem tê-lo na mão para demonstrar que é possível transformar passivo em produto e benefício”, explica Galo.

É quase um trabalho de “evangelização”, tocado nas empresas por profissionais mais

jovens e antenados com o tema, que tende a chegar à gestão de marcas. “O mundo pede novas formas de atribuir valor às coisas e as métricas que avaliam custos devem se adaptar a isso, sem cair no → *greenwashing*”, pondera Igor Botelho, gestor de novos negócios da agência AsBoasNovas.com.

Com mestrado em pensamento sistêmico pela London Metropolitan University e experiência em projetos globais da Nike, GM, Pepsi e Microsoft, o estrategista admite a existência de um processo de mudança, mas vê uma grande barreira: “A visão de curto prazo que ainda prevalece juntamente com a mentalidade conformista, resistente ao novo”.

As exceções despontam como referências. É o caso do pioneirismo da Puma, empresa mundial de artigos esportivos que mexeu corajosamente nos padrões convencionais de gestão e investigou a cadeia de fornecedores para concluir que seus custos ambientais – não contabilizados no caixa – corresponderam a 70% do faturamento líquido, em 2010. Em síntese: 145 milhões de euros, que não entraram na conta nem nos preços, foram referentes ao uso de recursos como água, solo e biodiversidade, pelos quais empresa, fornecedores e clientes nada pagaram. “O mundo da contabilidade já entende a valoração socioambiental como uma necessidade, mas é preciso padronizar a régua”, analisa Carlos Rossin, líder de sustentabilidade da PwC Brasil.

Há uma corrida por métricas, cada vez mais demandadas, para se definir investimentos. No Brasil, o setor florestal está entre os de maior potencial. “A fronteira não é discutir impactos, que já são conhecidos, mas instrumentalizá-los”, afirma Roberto S. Waack, presidente da Amata, empresa florestal que se prepara para investir algo em torno de R\$ 10 milhões no plantio de espécies nativas em áreas degradadas por pastagens na

O NOVO JEITO DE REPORTAR AS CONTAS

A ideia surgiu sob a liderança mundial do Príncipe de Gales, após incentivar economistas e profissionais de contabilidade e finanças ao engajamento na questão da sustentabilidade – desafio para o qual já não eram suficientes biólogos, botânicos ou veterinários. O movimento resultou, em 2010, na criação do The International Integrated Reporting Council (IIRC), uma coalizão global de companhias, investidores, ONGs e grandes empresas de auditoria dedicada a tornar padrão um novo modo de organizar e reportar ao mercado dados financeiros e socioambientais, com ampliação de valor para as organizações.

O Relatório Integrado (IR, na sigla em inglês) hoje se consolida como método que promove o diálogo e harmoniza mensagens de balanços e outros relatos empresariais muitas vezes contraditórios em relação a dados financeiros e de sustentabilidade. “Somos uma trilha, não um modelo construído em laboratório”, afirma o professor Nelson Carvalho, da FEA/USP, integrante do conselho internacional da iniciativa, da qual faz parte o Global Reporting Initiative (GRI).

Lançado em dezembro de 2013 após ampla consulta internacional, o IR tem hoje a adesão de 280 organizações. No Brasil, 15 empresas participam de iniciativas-piloto com a metodologia, apoiada em seis categorias de “capital” que traduzem a tradicional dimensão financeira e produtiva, mas também a intelectual, humana, natural e a de relacionamento social.

Mata Atlântica da Bahia (leia artigo de Waack à pág. 14). O empreendimento, previsto para início no próximo ano, nascerá marcado por um novo modelo de gestão. Externalidades positivas e negativas foram mapeadas para análise da viabilidade do projeto, dentro de uma modelagem econômica que envolve elementos estranhos aos balanços convencionais das empresas, como o capital natural e o social – além do financeiro propriamente dito.

O mercado de madeira com origem legal e sustentável está aquecido, com demanda maior que oferta, e a produção a partir de plantio de árvores é vista como opção capaz de reduzir pressões ambientais, como o desmatamento. Pelo padrão, seria mais seguro e rentável plantar eucalipto do que espécies nativas, porque há pouco conhecimento técnico sobre estas. “Mas o salto positivo dos impactos mapeados aponta para oportunidades e ganhos que compensam os riscos e tornam o negócio atraente”, explica Waack.

Há 650 mil hectares degradados, aptos para restauração, com ganhos econômicos, sociais e ambientais. “As ações precisam terminar em políticas públicas, com participação da sociedade”, destaca Marcelo Furtado, diretor do Instituto Arapyaú, fundação privada parceira do projeto, que integra uma estratégia maior

de desenvolvimento sustentável da região.

O setor financeiro está impelido a incorporar os valores das externalidades, a partir da → Resolução nº 4.327, publicada este ano pelo Banco Central, determinando a adoção de critérios socioambientais em operações como a concessão de crédito. “Empresas avançam mais rápido que governos em ações práticas para mudança da contabilidade”, avalia Marcus Frank, diretor de mudanças climáticas da consultoria McKinsey no Brasil.

“Do campo à mesa do consumidor, dependemos do clima, água, biomassa e outras variáveis que devem ser mensuradas para reduzir riscos”, atesta Michel Santos, gerente de sustentabilidade da Bunge.

Não é, propriamente, uma ideia nova. Há mais de duas décadas, a *Carta da Terra*, um dos mais importantes documentos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92), trazia entre seus objetivos “incluir totalmente os custos ambientais e sociais de bens e serviços no preço de venda” e “adotar estilos de vida que acentuem a qualidade de vida e a subsistência material num mundo finito”. Demorou, mas o mundo parece estar acordando. A corrida para medir custos socioambientais e incorporar o capital natural nas contas é prova disso. ■

Publicado em 25 de abril deste ano, o documento dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento da Política de Responsabilidade Socioambiental pelas instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil



Externalizando **arte**

Janela de um prédio cinzento ou palco de um teatro de bonecos? Via expressa ou plateia de um espetáculo cativante? Cidade que oprime ou que se doa a quem quiser? O *Esparrama pela Janela* não vem somente com palhaços, música e máscaras; traz a proposta de ressignificar o espaço público de uma metrópole como São Paulo.

Premiado pela Cooperativa Paulista de Teatro, entre outros louros recebidos, o Grupo Esparrama, dirigido por Iarlei Rangel, tem se apresentado a cada mês no Elevado Costa e Silva – mais precisamente de janelas do Edifício São Benedito, na Rua Amaral Gurgel, quando o Minhocão está fechado para os carros e aberto para as pessoas. Mais informações em [facebook.com/esparrama](https://www.facebook.com/esparrama). – **Amália Safatle**

Produzimos aço pensando na obra mais perfeita que existe.

A ArcelorMittal oferece uma linha completa de produtos e serviços para construção civil, com aços longos, planos e coberturas. São mais de 100 produtos próprios, que incluem soluções sob medida para obras de todos os portes, desde o projeto até o acabamento. É mais produtividade e economia com menos desperdício. É a qualidade e a sustentabilidade da ArcelorMittal, líder mundial em aço.

ArcelorMittal é Aço

Compromisso histórico com o desenvolvimento sustentável

Foto do Complexo Serra da Farofa, em Santa Catarina, uma Reserva Particular do Patrimônio Natural Estadual mantida pela Klabin.

A Klabin respeita o meio ambiente e preserva a biodiversidade. Mais de 40% de suas áreas florestais são compostas de matas nativas. Em suas florestas, são protegidas cerca de 800 espécies de animais. Seu sistema de manejo em forma de mosaico é referência mundial. História que só uma empresa realmente comprometida com a natureza pode contar.

Maior produtora e exportadora de papéis do Brasil.



klabin.com.br